

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) MICHEL SILVEIRA DE OLIVEIRA

**OPERAÇÕES ANFÍBIAS E DEFESA DE LITORAL INSULAR:
Similaridades e singularidades das Operações Rosário e Corporate
na Guerra das Malvinas.**

Rio de Janeiro

2025

CC (FN) MICHEL SILVEIRA DE OLIVEIRA

**OPERAÇÕES ANFÍBIAS E DEFESA DE LITORAL INSULAR:
Similaridades e singularidades das Operações Rosário e Corporate
na Guerra das Malvinas.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) EMÍLIO

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fim último deste trabalho, que não poderia ser concluído sem a Sua Graça.

À minha esposa Ana Beatriz, que se mostrou uma companheira em cada sacrifício e aceitou minhas ausências com paciência e amor.

Aos meus filhos Helena, André e Maria Teresa, que me dão forças para buscar um sentido maior no que faço.

À minha família, em especial, meus pais Néia e Dilmar, pela educação, amor e exemplos que sempre me inspiraram a buscar ser uma pessoa melhor.

Ao CMG (RM1-FN) Emílio, orientador dessa dissertação, pelas sugestões bibliográficas e pelo esforço no aprimoramento doutrinário e histórico deste trabalho.

Ao CMG (FN) Bragança, que aceitou conosco esse desafio de publicarmos um livro sobre a Guerra das Malvinas, mesmo com suas responsabilidades de Titular de OM.

Ao CF (RM1) Nagashima, por toda a paciência em nos orientar na metodologia científica, principalmente no contexto do Projeto Malvinas 2025.

Por fim, aos amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – 2025, pela camaradagem ao enfrentarmos mais um desafio na carreira juntos.

RESUMO

O propósito desta dissertação é a comparação entre a Operação Rosário, realizada pela Argentina, e a Operação Corporate, pelo Reino Unido, ambas partes da Guerra das Malvinas, além das estruturas defensivas que as precederam, sob a perspectiva da doutrina de Operações Anfíbias do Brasil e do conceito desenvolvido neste trabalho de Defesa de Litoral Insular. Utilizamos uma abordagem analítico-comparativa, decompondo as Operações nas cinco fases previstas em uma Operação Anfíbia. Os resultados apontaram diversas similaridades e singularidades entre as Operações. A comparação destas com o referencial teórico permitiu-nos constatar que as similaridades que apresentaram aderência à doutrina brasileira atual contribuíram para o êxito das Operações. Quanto às singularidades, as que não tiveram convergência, em geral, dificultaram sua execução e criaram vulnerabilidades. No entanto, verificamos que algumas divergências geraram resultados positivos e possibilitaram a surpresa. Assim, concluímos que o estudo reforça o valor da doutrina atual como guia para o planejamento e execução das Operações Anfíbias, podendo, contudo, ser flexibilizada, seja para adaptar-se ao problema militar apresentado, seja para surpreender o inimigo. As conclusões permitem à MB aprimorar sua doutrina de Operações Anfíbias, de forma particular, aplicada à reconquista de suas ilhas oceânicas, além de contribuir para o desenvolvimento de uma doutrina voltada à defesa destas, por meio da aplicação do conceito de Defesa de Litoral Insular.

Palavras-chave: Operações Anfíbias. Defesa de Litoral Insular. Guerra das Malvinas. Argentina. Reino Unido. Operação Rosário. Operação Corporate.

ABSTRACT

Amphibious Operations and Insular Coastal Defense: similarities and singularities of Operations Rosario and Corporate in the Falklands War in 1982

The purpose of this dissertation is to compare Operation Rosario, conducted by Argentina, and Operation Corporate, by the United Kingdom, both part of the Falklands War, as well as the defensive structures that preceded them, from the perspective of Brazil's Amphibious Operations doctrine and the concept developed herein of Insular Coastal Defense. An analytical-comparative approach was adopted, breaking down the operations into the five phases prescribed for an Amphibious Operation. The results revealed several similarities and singularities between the operations. Comparing these with the theoretical framework showed that the similarities aligned with current Brazilian doctrine contributed to the success of the operations. As for the singularities, those that did not converge generally hindered execution and created vulnerabilities. However, it was found that some divergences produced positive results and enabled surprise. Thus, the study reinforces the value of current doctrine as a guide for the planning and execution of Amphibious Operations, while recognizing that it can be flexibly applied, either to adapt to the military problem at hand or to surprise the enemy. The conclusions allow the Brazilian Navy to refine its Amphibious Operations doctrine, particularly as applied to the recapture of its oceanic islands, and to contribute to the development of a doctrine aimed at defending them through the application of the Insular Coastal Defense concept.

Keywords: Amphibious Operations. Insular Coastal Defense. Falklands War. Argentina. United Kingdom. Operation Rosario. Operation Corporate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	-	Manobra da Operação Rosário.....	56
FIGURA 2	-	Organograma 1 da Operação Corporate.....	57
FIGURA 3	-	Organograma 2 da Operação Corporate.....	57
FIGURA 4	-	Organograma 3 da Operação Corporate.....	58
FIGURA 5	-	Cabeça-de-Praia da Operação Corporate (Sutton).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGLAS

A2	- <i>Antiaaccess</i> (Anti Acesso)
A2/AD	- <i>Antiaaccess/ Area denial</i> (Anti Acesso/ Negação de Área)
AD	- <i>Area denial</i> (Negação de Área)
ADbq	- Área de Desembarque
AOA	- Área do Objetivo Anfíbio
ApAe	- Apoio Aéreo
ApCmb	- Apoio ao Combate
ApFN	- Apoio de Fogo Naval
ApLog	- Apoio Logístico
ARA	- Armada da República Argentina
AssAnf	- Assalto Anfíbio
ATP	- <i>Allied Tactical Publication</i>
BIM	- Batallón de Infantería de Marina
BtlOpLitFN	- Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais
C2	- Comando e Controle
CEOPECON	- Centro de Operaciones Conjuntas
CFN	- Corpo de Fuzileiros Navais
CGCFN	- Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CLAnf	- Carro Lagarta Anfíbio
CMG	- Capitão de Mar e Guerra
ComAnf	- Comandos Anfíbios
ComDivLit	- Comando da Divisão Litorânea
ComForDbq	- Comandante da Força de Desembarque
ComForTarAnf	- Comandante da Força-Tarefa Anfíbia
ComTO	- Comandante do Teatro de Operações
ComTOAS	- Comandante do Teatro de Operações do Atlântico Sul
ComTOM	- Comandante do Teatro de Operações Malvinas
CP	- Cabeça-de-Praia
ED	- Embarcação de Desembarque
EMA	- Estado-Maior da Armada
END	- Estratégia Nacional de Defesa

EscSup	- Escalão Superior
EUA	- Estados Unidos da América
CFT	- Comandante da Força-Tarefa
CGT	- Comandante do Grupo-Tarefa
Cmt	- Comandante
Dbq	- Desembarque
DbqAdm	- Desembarque Administrativo
DemAnf	- Demonstração Anfíbia
DI	- Diretiva Inicial
EGN	- Escola de Guerra Naval
FAA	- Força Aérea Argentina
FFE	- Força de Fuzileiros da Esquadra
FNC	- Força Naval Componente
ForAvç	- Força Avançada
ForDbq	- Força de Desembarque
ForTarAnf	- Força-Tarefa Anfíbia
FT	- Força-Tarefa
FTC	- Força Terrestre Componente
GptOpFuzNav	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GT	- Grupo-Tarefa
He	- Helicóptero
HMS	- Her ou His Majesty Ship (Navio de sua Majestade)
IncAnf	- Incursão Anfíbia
LCM	- Linhas de Comunicações Marítimas
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
MEC	- Mergulhadores de Combate
MNO	- Movimento Navio-Objetivo
MNT	- Movimento Navio-para-Terra
NAe	- Navio-Aeródromo
NDCC	- Navio de Desembarque de Carros de Combate
NDD	- Navio de Desembarque Doca
NUM	- Negação de Uso do Mar

ONU	- Organização das Nações Unidas
Op	- Operação
OpAnf	- Operação Anfíbia
Obj	- Objetivo
OpEsp	- Operações Especiais
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
Para	- Battalion, Parachute Regiment (Batalhão do Regimento Paraquedista)
PraDbq	- Praia de Desembarque
PrjçAnf	- Projeção Anfíbia
RdaAnf	- Retirada Anfíbia
RFA	- Royal Fleet Auxiliary (Esquadra Auxiliar Real)
RI	- Regimento de Infantaria
RM	- Royal Marines (Fuzileiros Navais Britânicos)
RN	- Royal Navy (Marinha Britânica)
RU	- Reino Unido
SACEM	- Sequência das Ações de Comando e Estado-Maior
SBS	- Special Boat Service
SS	- Steam Ship
SSN	- <i>Ship Submersible Nuclear</i> (Submarino de Propulsão Nuclear)
TO	- Teatro de Operações
TOAS	- Teatro de Operações do Atlântico Sul
TOM	- Teatro de Operações Malvinas
USMC	- United States Marine Corps (Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA)
UT	- Unidade-Tarefa
VtrAnf	- Viatura Anfíbia
ZEM	- Zona de Exclusão Marítima

LISTA DE SÍMBOLOS

km	-	Quilômetro
MN	-	Milha Náutica
mm	-	milímetro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OPERAÇÕES ANFÍBIAS E DEFESA DE LITORAL INSULAR.....	15
2.1	OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....	15
2.1.1	Planejamento.....	16
2.1.2	Embarque	17
2.1.3	Ensaio.....	18
2.1.4	Travessia	19
2.1.5	Assalto	19
2.2	DEFESA DE LITORAL INSULAR.....	21
3	OPERAÇÃO ROSÁRIO.....	24
3.1	ORGANIZAÇÃO DA DEFESA BRITÂNICA NAS ILHAS MALVINAS.....	24
3.2	PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO ROSÁRIO.....	25
3.3	EMBARQUE, ENSAIO E TRAVESSIA DA OPERAÇÃO ROSÁRIO.....	27
3.4	ASSALTO DA OPERAÇÃO ROSÁRIO.....	30
3.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	32
4	OPERAÇÃO CORPORATE	33
4.1	ORGANIZAÇÃO DA DEFESA ARGENTINA NAS ILHAS MALVINAS.....	33
4.2	PLANEJAMENTO, EMBARQUE, ENSAIO E TRAVESSIA DA OPERAÇÃO CORPORATE.....	35
4.3	ASSALTO DA OPERAÇÃO CORPORATE.....	38
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	41
5	COMPARAÇÃO ENTRE AS OPERAÇÕES ROSÁRIO E CORPORATE.	42
5.1	DEFESA DAS ILHAS MALVINAS.....	42
5.2	PLANEJAMENTO.....	43
5.3	EMBARQUE.....	45
5.4	ENSAIO.....	46
5.5	TRAVESSIA.....	47
5.6	ASSALTO.....	48
5.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	50
6	CONCLUSÃO	51

REFERÊNCIAS	53
ANEXO — FIGURAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

A história militar-naval revela diversos conflitos em que as operações anfíbias (OpAnf) foram decisivas para a vitória. O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil (MB), atento a esta realidade e percebendo-se como força vocacionada para este tipo de operação, evoluiu de uma tropa dedicada à guarda, segurança e representação, para uma força expedicionária por excelência.

Nesse contexto, o estudo histórico das OpAnf pode nos indicar reflexões com implicações até o presente. O Brasil, sem histórico recente desse tipo de operação em combate, baseia sua doutrina¹ na forma como acredita que se deve conduzi-la e nas experiências de outras nações. Assim, compará-la com a de outro país em conflito permite aprimorá-la.

A Guerra das Malvinas², entre a Argentina e o Reino Unido (RU), destaca-se pelo emprego de OpAnf no entorno estratégico brasileiro. O Brasil possui similaridades com ambos os contendores: Argentina, por possuir sua doutrina também baseada na dos Estados Unidos da América (EUA); e RU, pela posse de ilhas oceânicas no Atlântico Sul. Além disso, o Brasil não possui doutrina de defesa de ilhas oceânicas, tarefa imposta à MB na Estratégia Nacional de Defesa (END). A recente reestruturação do CFN, que resultou nos cinco Batalhões de Operações Litorâneas (BtlOpLitFN) e no Comando da Divisão Litorânea (ComDivLit), representa o reconhecimento da importância dessa missão e um importante passo na consolidação de uma doutrina³. Disso e da decisão da Escola de Guerra Naval (EGN) de pesquisar essa guerra durante o ano letivo de 2025, retiramos a relevância deste estudo.

Nesse contexto, o propósito desta pesquisa é a comparação entre a Operação (Op) Rosário, realizada pela Argentina, e a Op Corporate, pelo RU, além das estruturas defensivas que as precederam, sob a perspectiva da doutrina de OpAnf do Brasil e do conceito desenvolvido neste trabalho de Defesa de Litoral Insular.

¹ Doutrina é “um conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentado principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamento e a orientar ações, exposto de forma integrada e harmônica” (Brasil, 2023a).

² Não há consenso sobre a nomenclatura das ilhas, sendo denominadas “Falkland” pelo Reino Unido e “Malvinas” pela Argentina. Este trabalho adotará a terminologia oficial utilizada pelo governo brasileiro (Brasil, 2023b), referindo-se ao arquipélago como Malvinas.

³ Os BtlOpLitFN, concebidos para atuar em ambiente litorâneo, inclusive insular, são capazes de promover resposta local imediata. Já o ComDivLit permite a coordenação, de forma expedicionária, do reforço da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) a tais ações (Almeida; Braga, 2025).

Esperamos, assim, contribuir para o aprimoramento da doutrina brasileira, visando ao preparo para a defesa e eventual reconquista de ilhas oceânicas brasileiras.

Para atingir esse propósito, formulamos o seguinte problema de pesquisa: quais similaridades e singularidades ocorreram entre as Op Rosário e Corporate, assim como entre as estruturas defensivas às quais se opuseram, durante a Guerra das Malvinas? Utilizaremos uma abordagem analítico-comparativa, decompondo as operações nas cinco fases previstas em uma OpAnf.

Para tal, organizamos este trabalho seis Capítulos. Após esta Introdução, no segundo Capítulo, apresentaremos a doutrina de OpAnf do Brasil, descrevendo cada uma de suas cinco fases. Ademais, abordaremos o conceito de Defesa de Litoral Insular.

No terceiro Capítulo, trataremos da Operação (Op) Rosário e da estrutura defensiva britânica que a antecedeu. Veremos como foi planejada e executada a OpAnf que culminou na conquista das Ilhas Malvinas pelos argentinos.

No quarto Capítulo, apresentaremos o dispositivo defensivo argentino estabelecido após a invasão e a Op Corporate. Descreveremos a contraofensiva britânica que resultou na retomada do controle das Malvinas pelo RU.

No quinto Capítulo, procederemos à comparação entre ambas as Op, incluindo as estruturas defensivas às quais se opuseram, identificando as principais similaridades e singularidades em cada uma das cinco fases de suas OpAnf. Além disso, buscaremos identificar aderências com o referencial teórico, de forma a levantar possíveis reflexões sobre a doutrina brasileira atual.

Por fim, no sexto Capítulo apresentaremos as conclusões desta pesquisa. Dessa forma, passaremos ao próximo Capítulo, em que apresentaremos a doutrina de OpAnf do Brasil e o conceito de Defesa de Litoral Insular.

2 OPERAÇÕES ANFÍBIAS E DEFESA DE LITORAL INSULAR

A fim de constituir o referencial teórico deste trabalho, apresentaremos, neste Capítulo, a doutrina de OpAnf do Brasil e o conceito de Defesa de Litoral Insular.

2.1 OPERAÇÕES ANFÍBIAS

A publicação CGCFN-1-1 define uma OpAnf como:

[...] uma Operação Naval lançada do mar por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas (Brasil, 2021, p. 1-1).

O Manual de OpAnf do Ministério da Defesa (MD), o MD33-M-14, em sua definição, acrescenta que se trata de uma operação de projeção de poder (Brasil, 2020a), Tarefa Básica do Poder Naval que permite atuar em território sob influência ou domínio estrangeiro (Brasil, 2023a). Por sua natureza, é uma operação de caráter naval, que conta com uma variedade de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, podendo compreender também meios de outras Forças Singulares, tornando-a a mais complexa das operações militares (Brasil, 2020a).

A Força destinada à realização da OpAnf é denominada Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), composta de Unidades Navais, de Fuzileiros Navais e Aéreas embarcadas. Já a Força projetada sobre terra para o cumprimento da missão recebe o nome de Força de Desembarque (ForDbq), designação genérica dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) no contexto das OpAnf (Brasil, 2021).

As OpAnf comportam cinco modalidades: Assalto Anfíbio (AssAnf), Demonstração Anfíbia (DemAnf), Incursão Anfíbia (IncAnf), Retirada Anfíbia (RdaAnf) e Projeção Anfíbia (PrjçAnf) (Brasil, 2021). Serão descritas abaixo apenas as duas primeiras, aplicáveis à investigação das operações nos Capítulos seguintes.

O AssAnf é a modalidade mais completa que, por meio de um ataque lançado do mar, permite o firme estabelecimento de uma ForDbq em terra (Brasil, 2021).

A DemAnf compreende a aproximação do litoral inimigo por Forças Navais e meios que caracterizem uma OpAnf sem, no entanto, efetuar o desembarque (Dbq),

visando criar uma diversão tática que induza o inimigo a reagir de modo que lhe seja desfavorável (Brasil, 2021).

Uma OpAnf, independentemente de sua modalidade, é subdividida em cinco fases: Planejamento, Embarque, Ensaio, Travessia e Assalto. Esta sequência, embora mais comumente utilizada, pode ser ajustada. Por exemplo, em virtude da premência de tempo ou para mitigar-se o risco de quebra do sigilo, o embarque pode ocorrer antes do planejamento, que ocorreria a bordo (Brasil, 2021). A seguir, abordaremos cada fase com maior detalhamento.

2.1.1 Planejamento

Corresponde à fase da OpAnf em que são preparados e divulgados os planos e ordens para a execução da operação. Inicia-se com a expedição de uma Diretiva Inicial (DI) e estende-se até o embarque dos meios. Embora o planejamento prossiga ao longo das fases seguintes, esta etapa é tratada de forma distinta em razão das diferenças nas relações de comando: enquanto as demais ocorrem sob o comando do Comandante da ForTarAnf (ComForTarAnf), no Planejamento é adotado o paralelismo entre este e o Comandante da ForDbq (ComForDbq), sem subordinação. Essa relação se mantém, para efeitos de planejamento, mesmo quando, por necessidade, o embarque ocorra antes da conclusão da primeira fase. Eventuais divergências são remetidas ao escalão superior (EscSup) para decisão. Ainda assim, o ComForTarAnf atua como autoridade coordenadora do planejamento (Brasil, 2021).

A complexidade das OpAnf, devido à diversidade de meios, necessidade de coordenação até os escalões mais baixos e sincronismos, como entre o apoio de fogo e a manobra em terra, impõe ao planejamento duas características adicionais: a simultaneidade e o detalhamento. A primeira permite sua realização de forma concomitante entre dois ou mais escalões de um mesmo comando. Já a segunda consiste na pormenorização das ações pelos níveis subordinados, permitindo a sincronização entre diferentes meios sem comprometer a flexibilidade. Assim, alinhado a essas características, o planejamento das OpAnf divide-se em preliminar, num primeiro momento, e detalhado, quando os planos são elaborados (Brasil, 2021).

Para possibilitar a prática do paralelismo e simultaneidade nas OpAnf, a MB utiliza a Sequência das Ações de Comando e Estado-Maior (SACEM) como guia que

permite ordenar os trabalhos do Comandante (Cmt) e seu Estado-Maior. Como os planejamentos da ForDbq e da ForTarAnf se desenvolvem de forma paralela, foram estabelecidos marcos, denominados Reuniões Formais, para que aspectos relevantes e comuns, intitulados Decisões Fundamentais, sejam determinados e formalizados conjuntamente. São dez ao total, das quais destacaremos sete: Objetivos (Obj) da ForTarAnf, Missão do ComForDbq, Obj da ForDbq, Cabeças-de-Praia (CP)⁴, Áreas de Desembarque (ADbq)⁵, Praias de Desembarque (PraDbq) e Data e Hora do Desembarque (Dia-D e Hora-H) (Brasil, 2022a).

Ainda nesta fase, deve ser considerada a necessidade das chamadas operações preparatórias, ações voltadas a criar ou preservar as condições para a execução do assalto (Brasil, 2022a). São classificadas em três tipos: operações de apoio, conduzidas por forças externas à ForTarAnf, antes ou simultaneamente ao assalto; operações de força avançada (ForAvç), realizadas por elementos destacados da própria ForTarAnf no interior da Área do Objetivo Anfíbio (AOA)⁶, previamente à chegada do Corpo Principal; e operações pré-desembarque, executadas por este último, ainda antes da Hora-H, já no interior da AOA (Brasil, 2021).

Em síntese, a fase de planejamento nas OpAnf impõe exigências específicas quanto à coordenação e ao processo decisório, dada a diversidade de meios e a necessidade de detalhamento até os escalões mais baixos, constituindo a base para o êxito de toda a operação. O planejamento de forma simultânea e paralela permite a antecipação de providências antes da conclusão do Plano nos níveis mais altos.

2.1.2 Embarque

A fase do Embarque corresponde ao período durante o qual as forças e seus meios são embarcados nos navios da ForTarAnf, com vistas à execução da operação.

⁴ Cabeça-de-Praia: “Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da força-tarefa anfíbia e da força de desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra” (Brasil, 2015, p. 53).

⁵ Área de Desembarque: “Parte da área do objetivo anfíbio na qual são realizadas as operações de desembarque de uma força-tarefa anfíbia. Compreende os espaços marítimo, terrestre e aéreo necessários para executar e apoiar o desembarque e estabelecer a cabeça-de-praia” (Brasil, 2015, p. 33).

⁶ Área do Objetivo Anfíbio: “Área operacional, normalmente definida na diretiva inicial, onde se incluem a área de desembarque e as áreas terrestres e marítimas fronteiriças, necessárias ao cumprimento da missão do comandante da força-tarefa anfíbia” (Brasil, 2015, p. 34).

Seu encerramento ocorre com a partida dos meios navais da área de embarque. Sua relevância perpassa o ato do embarque em si, visto que, ao se configurar como a transição do planejamento à execução, deve garantir que o assalto seja executado de forma rápida e eficaz a partir da disposição a bordo. Assim, a ordenação do embarque deve refletir a ideia de manobra em terra, isto é, os meios devem ser embarcados de forma a favorecer o Dbq na sequência com que serão necessários. Contudo, por se tratar de um processo dinâmico e em permanente adaptação, é comum que ocorram ajustes durante a travessia, o que demanda que o plano de embarque considere a possibilidade de reconfiguração dos meios a bordo (Brasil, 2021).

Além do embarque e carregamento, esta fase inclui a execução de tarefas logísticas e a movimentação para as áreas de embarque, que deve ser executada de forma a garantir a fluidez no processo de carregamento e evitar aglomerações que possam comprometer o sigilo da operação (Brasil, 2021).

Dessa forma, a correta execução do embarque influencia diretamente a flexibilidade e o ritmo da operação. Embora aparente caráter logístico, essa fase possui implicações operacionais relevantes, pois dela depende a coerência entre o planejado e o executado. Por isso, convém contemplar a possibilidade de que haja reorganização de material e pessoal durante a travessia.

2.1.3 Ensaio

O Ensaio é a fase da OpAnf destinada à verificação prática dos Planos, constituindo atividade formal de preparo da ForTarAnf. Seu propósito é testar a viabilidade das ordens emitidas, familiarizar a tropa com as ações previstas, validar o quadro-horário da operação e aferir o estado de prontificação das forças, bem como a eficiência de seus sistemas de comunicações. Trata-se, portanto, de uma simulação controlada que visa validar aspectos críticos da manobra, indo além de um simples adestramento. Ademais, é uma oportunidade de reconfiguração dos meios embarcados, ajustando a organização para o Dbq a eventuais alterações da ideia de manobra em terra que ocorram durante a travessia (Brasil, 2021).

Pode ser conduzido em diferentes níveis, desde ensaios de Estado-Maior, que incluem trabalhos na carta e jogos de guerra; de forças isoladas, como os realizados por uma ForAvç; até ensaios gerais, que envolvam toda a ForTarAnf em condições

próximas às da operação. Pode ocorrer com efetivo Dbq ou com exercícios de Posto de Comando. A sua realização favorece a integração entre os componentes da ForTarAnf, facilita o sincronismo entre manobra e apoio de fogo, testa a integração entre os planos de embarque e Dbq e permite ajustes nos dispositivos e na sequência das ações, podendo levar à revisão dos planos. Restrições como a disponibilidade de tempo, o grau de sigilo requerido e a inexistência de área apropriada podem limitar a realização de um ensaio geral, podendo-se, alternativamente, conduzi-lo separadamente por escalões paralelos da ForTarAnf e ForDbq (Brasil, 2021).

Desse modo, a fase do Ensaio permite a validação prática dos planos, dentro dos limites do possível, e a integração entre os componentes da ForTarAnf. Contribui diretamente para a fluidez da operação, ao permitir a antecipação de falhas e o ajuste da manobra prevista. Assim, sua ausência pode comprometer a coordenação entre os elementos e a execução do Movimento Navio-para-Terra (MNT).

2.1.4 Travessia

A fase da Travessia compreende a movimentação da ForTarAnf, a partir das áreas de embarque, adentrando a AOA, até a chegada de seu corpo principal na ADbq, quando é encerrada. Nesse período, os navios são distribuídos em organizações por tarefas estabelecidas apenas para a travessia, denominadas Grupos de Movimento, que consistem em comboios com respectivas escoltas, permitindo fazer face às possíveis ações inimigas (Brasil, 2021).

Os principais propósitos da travessia são conduzir a ForTarAnf com segurança até a ADbq e posicionar seus elementos para a transição ao assalto. Durante essa fase, são previstos adestramentos, como exercícios de transbordo e de embarque em viaturas anfíbias (VtrAnf) e helicópteros (He), bem como ajustes no carregamento, de modo a alinhar a disposição dos meios à eventual evolução da organização para o Dbq. A atualização da situação tática, meteorológica e de inteligência deve ser constante, a fim de permitir eventuais adaptações ao plano (Brasil, 2021).

A travessia constitui a transição entre o embarque e o assalto, marcando o início do deslocamento tático da ForTarAnf, a fim de cumprir sua missão. Seu êxito depende da capacidade de movimentação coordenada, da preservação da integridade da força e da preparação para o Dbq.

2.1.5 Assalto

O Assalto “corresponde ao período entre a chegada do Corpo Principal da ForTarAnf à ADbq e o término da OpAnf, compreendendo o MNT e as ações conduzidas em terra” (Brasil, 2021, p. 1-4). Trata-se da fase decisiva da OpAnf, caracterizada pela efetiva projeção de poder sobre o território de interesse, a fim de possibilitar o cumprimento da missão da ForDbq. Por ser a modalidade mais completa, abordaremos esta fase pela perspectiva do AssAnf, que possui seis etapas.

A primeira etapa é a preparação final da ADbq, por meio de ações como o reconhecimento, apoio de fogo naval (ApFN), apoio aéreo (ApAe) e de artilharia, finalizando o processo de formatação do campo de batalha. Essa medida visa evitar um Dbq sob forte oposição. Assim, quando não for possível realizá-lo em região não defendida, o inimigo deve ser desgastado antes da Hora-H (Brasil, 2021).

A seguir, inicia-se a segunda etapa com o MNT, que consiste no deslocamento coordenado de tropas, suprimentos e equipamentos desde os navios de assalto até as áreas designadas em terra, podendo ocorrer por superfície, por He ou de forma combinada. A ForDbq passa a assumir a sua organização para o Dbq. O responsável pelo controle do MNT é o ComForTarAnf (Brasil, 2021).

A terceira etapa consiste no Dbq dos elementos de assalto da ForDbq, que gradualmente assume sua organização tática. A conquista dos Obj iniciais permite o Dbq continuado de meios e o avanço para o interior, conduzindo à quarta etapa, as ações em terra. Voltadas à conquista dos Obj e, assim, da CP, consubstanciam o cumprimento da missão da ForDbq. Uma alternativa a essa dinâmica é o Movimento Navio-Objetivo (MNO), em que os elementos de assalto se deslocam, por He, diretamente para os Obj no interior ou próximo ao litoral, prescindindo da edificação preliminar do poder de combate em uma CP (Brasil, 2021).

A quinta etapa compreende o Dbq de outros elementos da ForDbq com tarefas como: a operacionalização de portos e aeroportos, a recuperação de instalações e construções de interesse e o apoio ao Dbq administrativo (DbqAdm) de outras forças. A provisão do apoio logístico (ApLog), ApFN e ApAe caracteriza a sexta e última etapa, que mantém o ritmo da operação e a proteção da ForDbq (Brasil, 2021).

Desse modo, o Assalto representa o momento culminante da OpAnf. Seu êxito depende da adequada coordenação entre os meios navais, aeronavais e de Fuzileiros

Navais. A adaptabilidade durante o MNT, o ritmo no Dbq e a integração dos apoios disponíveis são fatores decisivos que moldam o resultado da operação.

Esta fase e, dessa forma, a OpAnf, encerra-se após o cumprimento da missão do ComForTarAnf. Assim, a ForDbq poderá passar a ser empregada em operações subsequentes terrestres ofensivas, sob o controle da Força Terrestre Componente (FTC) ou da Força Naval Componente (FNC), sendo essencial a manutenção da sua capacidade logística. Poderá, além disso, ser substituída e reembarcada para, eventualmente, ser empregada pela FNC em outra OpAnf. Ainda há a possibilidade de sua permanência na defesa da CP para, por exemplo, apoiar a ultrapassagem de uma força terrestre ou apenas manter sob sua posse o território conquistado (Brasil, 2021). Esta possibilidade será abordada a seguir, à luz da Defesa de Litoral Insular.

2.2 DEFESA DE LITORAL INSULAR

Verificamos que, encerrada a OpAnf, abre-se a possibilidade de emprego da ForDbq em diferentes contextos, inclusive defensivos. Um caso particular se configura quando o Obj se trata de uma ilha. Diferentemente da defesa ordinária de uma CP, cuja preocupação é resistir a um inimigo que contra-ataca a ForDbq por meio terrestre (Brasil, 2021), na defesa de ilha, o dispositivo é organizado para repelir a aproximação inimiga por via marítima e aérea, que pode ocorrer não somente na região onde foi estabelecida a CP, mas em toda a área insular. A MB não possui doutrina consolidada para esta forma de defesa, restringindo-se à apresentação deste tipo de operação na Doutrina Militar Naval (Brasil, 2017). Dessa forma, apresentaremos o conceito que nos servirá de referencial teórico para esta pesquisa, o qual denominaremos Defesa de Litoral Insular. Como seu nome sugere, reúne características litorâneas e insulares, que explicaremos a seguir, antes de integrá-las na formulação do conceito completo.

A Defesa de Litoral é definida como o “conjunto de ações marítimas, terrestres e aéreas que objetiva impedir o inimigo de utilizar a área marítima adjacente ao litoral ou projetar seu poder sobre terra [...]” (Brasil, 2015, p. 86). Assim, normalmente envolve operações conjuntas, exigindo grande coordenação entre os meios das três Forças Armadas. Este conceito abrange a defesa contra a projeção de poder inimigo tanto em ilhas, quanto no continente (Brasil, 2022b).

A Defesa de Ilhas envolve aspectos específicos à realidade deste ambiente, em contraste ao continental. Observam-se restrições como a limitação de profundidade defensiva, o isolamento geográfico e a dependência do ressuprimento externo. Pode tratar-se de ilhas costeiras ou oceânicas. Nestas, as referidas restrições são amplificadas, em virtude da distância do território continental (Rodrigues, 2022).

Desse modo, a Defesa de Litoral Insular compreende a convergência entre as características das defesas litorânea e de ilhas oceânicas. Destina-se a proteger regiões insulares de interesse estratégico, com vistas a preservar a posse de território soberano ou previamente conquistado. Estruturamos a defesa em três camadas interdependentes, que visam negar ao inimigo a liberdade de ação desde sua aproximação até sua tentativa de estabelecimento em terra. Esta estrutura, proposta por Mello (2016), pode ser associada aos conceitos apresentados por Taulois (2016) e Rodrigues (2022) de Antiacesso (A2)⁷ e Negação de Área (AD)⁸.

Na primeira camada, mais externa, seria executada a tarefa básica do Poder Naval de negação do uso do mar (NUM). Corresponde à zona de A2, voltada à detecção e à dissuasão do inimigo nos limites mais distantes do Teatro de Operações (TO). Envolve operações de esclarecimento marítimo e aéreo, emprego de sensores, mísseis balísticos, forças de ataque preferencialmente nucleadas em navios-aeródromos (NAe) ou submarinos de ataque, se possível, com propulsão nuclear. Tem por Obj impedir que forças hostis adentrem o TO a ponto de ameaçar a integridade territorial insular. Esta camada demanda elevada capacidade de comando e controle (C2), integração entre os meios navais e aéreos e ações coordenadas de dissuasão e resposta (Mello, 2016; Rodrigues, 2022; Taulois, 2016).

Na segunda camada, intermediária, seriam executadas as tarefas de controle de área marítima, de NUM, ou ambas. Nessa região predominariam capacidades AD, visto que o inimigo já penetrou no TO. Consiste na vigilância contínua dos acessos marítimos e aéreos próximos, utilizando-se de mísseis de cruzeiro antinavio, aeronaves de asa fixa, embarcações de ataque, mísseis superfície-ar, aeronaves de asa rotativa e veículos aéreos não tripulados. Busca-se canalizar o inimigo para áreas desfavoráveis. Ademais, requer-se a preservação das Linhas de Comunicações

⁷ Antiacesso (A2): “Ação destinada a impedir ou retardar o estabelecimento de forças em um Teatro de Operações, atuando a partir de distâncias mais longas do local de conflito” (Taulois, 2016, p. 28).

⁸ Negação de Área (AD): “Ação destinada a impedir as operações inimigas dentro de um Teatro, onde não se possa ou não se consiga evitar o acesso do adversário” (Taulois, 2016, p. 28).

Marítimas (LCM), a fim de possibilitar o abastecimento dos territórios insulares (Mello, 2016; Rodrigues, 2022; Taulois, 2016).

A terceira camada, mais profunda, representa a defesa imediata dos territórios insulares, sob a responsabilidade de um GptOpFuzNav, indicando que as camadas anteriores não obtiveram êxito e que a força naval foi destruída ou retirou-se para preservar sua integridade e, possivelmente, ser empregada em uma contraofensiva. Assim, a única tarefa ainda viável do Poder Naval, havendo meios disponíveis, seria a NUM. Nesta camada, destaca-se o caráter litorâneo da Defesa de Litoral Insular. Mantém-se a AD, com emprego de mísseis baseados em terra ou apoio de fogo de curta distância (Mello, 2016; Rodrigues, 2022; Taulois, 2016).

Esta camada envolve a proteção de portos, pistas de pouso e centros de C2. Pode demandar a construção de infraestrutura que valorize a defesa, como posições fortificadas e subterrâneas para resistir a bombardeios aéreos e navais e repelir o Dbq oponente. No entanto, a garantia da defesa de todo o perímetro da ilha é um desafio, devendo-se estar preparado para a proteção dos Obj principais frente um avanço terrestre inimigo, após um Dbq em região com pouca resistência. Caso inexistente, a construção de pistas de pouso também será relevante para possibilitar o ApLog aéreo e o emprego de aeronaves de asa fixa baseadas nas ilhas (Mello, 2016).

Verificamos, assim, que a Defesa de Litoral Insular exige elevado grau de coordenação entre os diferentes meios e a aplicação integrada de capacidades navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais em um ambiente restrito e isolado. A estruturação em camadas, associada ao conceito A2/AD, oferece um sistema que permite organizar os esforços defensivos desde a detecção antecipada da ameaça até a proteção dos pontos de interesse na ilha.

A integração desses conceitos à doutrina de OpAnf apresenta a complementaridade entre ambas as operações, pois tanto a Defesa de Litoral Insular pode suceder o assalto, assegurando a manutenção do território insular conquistado, quanto a OpAnf pode ser empregada para reconquistar uma ilha ou arquipélago após o inimigo haver superado o dispositivo defensivo. Assim, vemos a importância de, desde a primeira fase da OpAnf, se iniciar o planejamento da futura defesa da ilha. Este referencial teórico fornecerá a base para a comparação entre as OpAnf, bem como entre as defesas de ilhas conduzidas durante a Guerra das Malvinas, o que será desenvolvido nos capítulos seguintes, iniciando-se pela apresentação da Op Rosário.

3 OPERAÇÃO ROSÁRIO

A disputa pela soberania das Ilhas Malvinas remonta ao início do século XIX (Vidigal, 2009). Por várias décadas, a Argentina a reivindicou por vias diplomáticas (ONU, 1965). Entretanto, as tratativas bilaterais não resultaram em avanços concretos.

Nesse contexto, concebeu-se a Op Rosário, planejada como uma ação limitada para ocupar rapidamente as ilhas e forçar o RU a negociar. O episódio que precipitou a decisão foi o incidente de 19 de março de 1982, quando civis argentinos hastearam a bandeira nacional na Ilha Geórgia do Sul, gerando crise diplomática. A Operação, executada em 2 de abril de 1982, obteve sucesso tático e operacional, marcando o início do conflito armado entre os dois países (Vidigal, 2009). Para compreensão das condições que permitiram tal êxito, apresentaremos a seguir como estava organizada a defesa britânica no arquipélago.

3.1 ORGANIZAÇÃO DA DEFESA BRITÂNICA NAS ILHAS MALVINAS

No período que antecedeu a invasão argentina, o efetivo militar britânico nas Ilhas Malvinas era composto por 46 Royal Marines (RM), sob o comando do Major Mike Norman. Outros 22 militares haviam sido destacados para a Ilha Geórgia do Sul, em resposta ao referido incidente, totalizando 68 homens⁹. A guarnição era reforçada por cerca de 25 civis da “Força de Defesa Local” e 11 tripulantes do HMS Endurance¹⁰ que estavam em terra (Mayorga; Errecaborde, 1998; Souza, 2013).

O armamento britânico incluía fuzis automáticos, metralhadoras leves e uma pesada, lançadores de granadas e armas anticarro, sem apoio de artilharia, defesa antiaérea ou veículos blindados. Com o alerta de invasão, o Major Norman posicionou seus seis Grupos de Combate em áreas estratégicas de Port Stanley¹¹ (Mayorga; Errecaborde, 1998; Souza, 2013). O HMS Endurance, navio de patrulha polar com armamento leve e dois He Wasp, era o único meio naval relevante, mas encontrava-se empregado na Geórgia do Sul (Mayorga; Errecaborde, 1998; Souza, 2013).

⁹ Mayorga e Errecaborde (1998) indicam que o efetivo britânico seria composto por 84 RM, sendo 44 do destacamento regular e 40 do grupo que se encontrava na ilha para substituição do efetivo. Já Vidigal (2009) aponta 67 RM. Entretanto, adotamos a estimativa de Souza (2013), pois os demais autores não esclarecem se parte do efetivo estava na Ilha Geórgia do Sul.

¹⁰ HMS: sigla adotada pela Royal Navy (RN) para *Her/His Majesty's Ship* (Navio de Sua Majestade).

¹¹ Denominado Puerto Argentino pela Argentina, nome adotado durante a ocupação de 1982.

Essa estrutura defensiva refletia a política britânica de austeridade no período pós-imperial, voltada à racionalização de gastos (Vidigal, 2009). Sucessivos governos britânicos descartaram a criação de uma “fortaleza Malvinas”, considerada economicamente inviável. Londres não julgava plausível uma ofensiva militar argentina, acreditando que a disputa permaneceria no campo diplomático. Paradoxalmente, os dois meses de guerra exigiram investimentos que teriam sido diluídos em décadas na implantação da estrutura preterida (Lombardo, 2001).

Dessa forma, a priorização política pela diplomacia e a ausência de uma efetiva estratégia defensiva resultaram em limitada capacidade de defesa insular, com efetivos reduzidos, carência de meios para repelir uma ofensiva convencional e ausência do preparo de fortificações. Essa fragilidade contribuiu para o êxito inicial da Op Rosário, cuja fase de Planejamento será apresentada a seguir.

3.2 PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO ROSÁRIO

O planejamento da Op Rosário foi iniciado pelo Plano Esquemático de Campanha, situado no nível operacional, antecedendo a Diretiva Estratégica Militar no nível político-estratégico (Marchese, 2010) e aprovado por cada Força de forma independente. Foram nomeados o Cmt do Teatro de Operações Malvinas (ComTOM), General de Divisão Osvaldo Garcia, e demais Cmt subordinados, destacando-se o ComForTarAnf, Contra-Almirante Gualter Allara, e o ComForDbq, Contra-Almirante Carlos Büsser (Mayorga; Errecaborde, 1998). O Plano previa a execução da Operação a partir de 15 de maio e não incluía a defesa posterior, que seria objeto de outro planejamento (Lombardo, 2001), pois se apoiava no Obj político de “ocupar para negociar”, considerando pouco provável uma reação militar britânica (Souza, 2013).

Algumas condições foram impostas. Dentre as quais a execução de forma incruenta e o rigor na manutenção do sigilo. A primeira visava preservar ao máximo a população das Malvinas e seus bens, considerados parte do seu povo, de modo a favorecer a aceitação voluntária da soberania argentina, além de contribuir para facilitar futuras negociações diplomáticas. Tal imposição, entretanto, trazia o desafio de induzir uma rendição prematura dos britânicos, o que exigiria um elevado grau de surpresa e uma expressiva desproporção de forças, capaz de gerar um efeito psicológico que rompesse a vontade de lutar dos RM (Mayorga; Errecaborde, 1998).

O rigor do sigilo se impôs para evitar uma reação britânica antecipada, já que o reforço do efetivo nas Malvinas ou o envio de submarinos de propulsão nuclear (SSN) comprometeria a Operação. Somado à forte reação inglesa ao referido incidente na Ilha Geórgia do Sul, decidiu-se antecipar a execução de 15 de maio para o início de abril, gerando outra imposição: a urgência. Esta, combinada com o sigilo, dificultou o processo de planejamento. As restrições à divulgação do Plano aos escalões subordinados impediram que tivessem pleno conhecimento das ações que deveriam executar (Mayorga; Errecaborde, 1998), prejudicando os habituais fluxos de informações descendentes e ascendentes no planejamento de uma OpAnf.

Outra condição imposta foi a de que a Operação deveria ser conjunta¹². Essa exigência representou um desafio adicional, pois não havia publicação que orientasse esse emprego (Lombardo, 2001). Com efeito, o planejamento ocorreu frequentemente de forma isolada, sendo o Plano Esquemático de Campanha aprovado, como dissemos, de maneira independente por cada Força. Tal dificuldade foi mitigada ao planejar-se as operações de forma que fossem executadas sequencialmente por cada uma das Forças, permitindo a divisão das suas responsabilidades no tempo. Ainda assim, “a inexperience em doutrina e práticas conjuntas vigentes no momento da guerra impediu o emprego eficiente das Forças Armadas Argentinas, afetando a condução estratégica, operacional e tática” (Marchese, 2010, p. 26).

A campanha foi planejada com a execução de duas operações coordenadas, uma anfíbia e outra aerotransportada. Esta ocorreria após a conquista do aeroporto de Port Stanley, cuja tarefa ficou a cargo da Força Aérea Argentina (FAA), a qual a cumpriria com militares que chegariam antes sob o pretexto de levar sobressalentes para uma aeronave em manutenção. Duas horas antes da Hora-H, conquistariam o aeródromo para possibilitar a futura chegada de tropas do Exército transportadas por aeronaves Hércules C-130. A fim de garantir a consecução deste Obj em caso de impossibilidade de cumprimento pela FAA, a tarefa foi atribuída, de forma alternativa, ao Batallón de Infantería de Marina nº 2 (BIM 2) (Mayorga; Errecaborde, 1998).

A outra operação seria executada pela FT 40, a ForTarAnf, cuja missão era:

Conquistar os objetivos Quartel e efetivos dos Royal Marines, a localidade de Port Stanley e o Farol San Felipe, colaborar na conquista do Aeródromo de Port Stanley e exercer inicialmente o controle da população, a fim de

¹² Operação Conjunta: “Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares [...]” (Brasil, 2015, p. 190).

contribuir para a ocupação e manutenção das Ilhas Malvinas, exercendo simultaneamente o Governo Militar do território (Mayorga; Errecaborde, 1998, p. 55, tradução nossa)¹³.

Assim, foram estabelecidos os seguintes Obj (figura 1): Alfa (Farol San Felipe), Bravo (Port Stanley), Charlie (Quartel dos RM), Delta (Aeródromo), Echo (entrada da baía que dá acesso a Port Stanley), November (atracadouro da RN) e Zulu (istmo que une a península do aeródromo e Port Stanley). O plano indicava que os Obj deveriam ser conquistados o mais simultaneamente possível (Mayorga; Errecaborde, 1998). Entendia-se que o controle de Port Stanley consubstanciaria o cumprimento da missão de conquistar as Malvinas (Büsser, 2007). Ademais, foram selecionadas três PraDbq: Verde (em Port Harriet, para Dbq de 70 Comandos Anfíbios), Azul (em Punta San Felipe, para conquista do Farol San Felipe) e Vermelho (na Península Yorke, para Dbq do grosso da ForFbq) (Mayorga; Errecaborde, 1998). O Dia-D foi previsto para 1º ou 2 de abril, enquanto a Hora-H foi programada para 06h00, visando aproveitar a baixa luminosidade para obter a surpresa (Argentina, [1982?]). Com o intuito de evitar redundâncias, o detalhamento da manobra será oportunamente abordado no subitem referente à execução do Assalto.

A fase de Planejamento da Op Rosário revelou importantes condicionantes que influenciaram diretamente sua condução. As imposições de sigilo, urgência, ação incruenta e emprego conjunto impuseram desafios ao processo decisório e à coordenação entre os Comandos envolvidos. Ainda assim, a Operação foi conduzida com êxito. Dessa forma, abordaremos a seguir as fases de Embarque, Ensaio e Travessia, de modo a evidenciar como tais desafios foram superados.

3.3 EMBARQUE, ENSAIO E TRAVESSIA DA OPERAÇÃO ROSÁRIO

Com o propósito de priorizarmos uma apresentação cronológica da Operação, optamos por reunir as fases de Embarque, Ensaio e Travessia em um único item. No Capítulo 5, analisaremos cada uma separadamente.

No dia 22 de março, foi conduzido o primeiro ensaio do MNT, conforme o diagrama de Dbq planejado: o BIM 2, embarcado no ARA Cabo San Antonio, navio de

¹³ Do original, em espanhol: “Capturar los objetivos Cuartel y efectivos de los Royal Marines, la localidad de Puerto Stanley y Faro San Felipe, colaborar en la captura del Aeródromo de Puerto Stanley y efectuar inicialmente el control de la población a fin de contribuir a ocupar y mantener las Islas Malvinas, ejerciendo simultáneamente el Gobierno Militar del territorio”.

desembarque de carros de combate (NDCC) da ForTarAnf, desembarcou na praia de San Román, no Golfo San José, província de Chubut. Em terra, adestrou-se o avanço da tropa a pé apoiada por Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf) em uma localidade. No dia seguinte, após ensaio similar, realizou-se o MNT com vetoração a partir do navio de controle, utilizando seu radar para guiar os meios de Dbq, simulando uma ação em período noturno ou sob visibilidade reduzida. Embora o adestramento tenha ocorrido conforme planejado para a Op Rosário, a tropa acreditava tratar-se de um exercício regular, uma vez que apenas o Cmt do BIM 2 e seu Imediato tinham conhecimento da Operação (Argentina, [1982?]).

A ordem de antecipação, emitida em 26 de março, acelerou intensamente o ritmo dos preparativos, exigindo a elaboração do plano de embarque em menos de 24 horas. O embarque iniciou-se em 27 de março, com a partida prevista para o dia seguinte. A necessidade de concentrar em um único dia todo o deslocamento para os pontos de embarque dificultou sua ocultação, ainda que parte tenha ocorrido no período noturno, aproveitando-se da escuridão (Argentina, [1982?]). A inteligência dos EUA detectou a mobilização dos meios navais argentinos por meio de varreduras de satélite entre os dias 27 de março e 2 de abril, repassando as informações ao RU (Bartolomé, 2020). Além disso, este último interceptou um elevado tráfego de mensagens de rádio que indicavam movimentação naval iminente e de grande vulto (Souza, 2013). Tais evidências demonstraram que a Argentina, apesar dos esforços empreendidos, não foi eficaz na manutenção do sigilo.

O volume de pessoal e meios a embarcar superou a capacidade dos navios, exigindo a acomodação de militares em locais não apropriados, como paióis e corredores (Argentina, [1982?]). Com a carência de meios navais, a maior parte da ForDbq concentrou-se no único navio de Dbq disponível, o ARA Cabo San Antonio, representando grande vulnerabilidade, pois seu afundamento ou avaria comprometeria a Operação (Mayorga; Errecaborde, 1998).

Dia 28 de março iniciou-se a travessia, conforme previsto. Além do Grupo-Tarefa (GT) 40.1, a ForDbq, outros GT compunham a ForTarAnf. O Grupo de Transporte (GT 40.2) era constituído pelo NDCC ARA Cabo San Antonio, pelo Navio Quebra-Gelo ARA Almirante Irízar e pelo Navio de Transporte ARA Isla de los Estados. O Grupo de Escolta (GT 40.3) era composto por duas fragatas e dois contratorpedeiros, sendo um destes o ARA Santísima Trinidad, onde estava

embarcado o ComTOM. Integravam o Grupo de Tarefas Especiais (GT 40.4) o Submarino ARA Santa Fe e uma equipe de 102 Mergulhadores de Combate (MEC). Ademais, havia uma Força-Tarefa de Cobertura (FT 20) que possuía a tarefa de proporcionar proteção afastada para a OpAnf, nucleada pelo NAe ARA 25 de Mayo (Mayorga; Errecaborde, 1998; Souza, 2013; Vidigal, 2009).

As condições de navegação eram inicialmente favoráveis, mas deterioraram-se durante a noite. No dia seguinte, a combinação de cobertas inapropriadas e abafadas, ventilação deficiente e agitação do mar provocou mareio e episódios de vômitos frequentes, afetando a disposição física e psicológica da tropa por quase toda a travessia. As condições levaram ao reforço da peação para evitar desprendimento dos veículos e à suspensão de vários exercícios previstos (Argentina, [1982?]).

Prosseguiu-se, durante a travessia, o planejamento detalhado da Operação de forma reservada. Foi autorizada a divulgação da missão aos Cmt de Subunidades para que pudessem participar, finalizando o Plano no dia 31. A meteorologia assumiu relevante papel diante da previsão de que o mau tempo persistiria por mais alguns dias, tornando mais lento o avanço da ForTarAnf. Assim, o ComForTarAnf definiu o dia 2 de abril como Dia-D, devido ao atraso do deslocamento da Força e à previsão meteorológica desfavorável até o dia 1º (Argentina, [1982?]).

Em 1º de abril, as Forças receberam a informação de que o sigilo havia sido comprometido e que o Governador das Malvinas havia transmitido por rádio à população medidas de defesa, o que poderia afetar a premissa de um combate incruento. Ademais, a pista do aeroporto estaria bloqueada, impedindo o pouso de aeronaves, com metralhadoras posicionadas para sua proteção. Assim, a FAA, inicialmente responsável por sua conquista, transferiu a tarefa para a ForDbq, que deixou de tê-lo apenas como um Obj alternativo. Tais fatos acarretaram também outras mudanças no planejamento, destacando-se a alteração da Hora-H de 6h para 6h30, pois, uma vez perdida a surpresa, era preferível realizar o MNT com melhores condições de luminosidade (Argentina, [1982?]; Mayorga; Errecaborde, 1998).

Ainda durante o dia 1º, foram conduzidos adestramentos de embarque nos meios anfíbios pela tropa. Foi só então, às 19h, que todos foram informados da Operação. Às 21h05, o ARA Santísima Trinidad fundeou ao largo de Port Harriet, ao sul de Port Stanley, seguindo-se o transbordo dos Grupos de Comandos Anfíbios (ComAnf) e MEC, finalizando a travessia (Argentina, [1982?]).

Apesar dos desafios, a Argentina conduziu satisfatoriamente as fases até aqui tratadas. A urgência e o sigilo impuseram restrições para o Embarque que não foram suficientes para impedir que os britânicos obtivessem indícios das intenções argentinas. Quanto ao Ensaio, pode-se questionar se os adestramentos realizados configuraram, de fato, essa fase, o que será examinado no Capítulo 5. Na Travessia, as condições meteorológicas e a quebra prematura do sigilo exigiram ajustes no Plano, testando a capacidade de adaptação da ForTarAnf. O êxito nessas fases permitiu a adequada transição entre o Planejamento e o Assalto, tema do próximo item.

3.4 ASSALTO DA OPERAÇÃO ROSÁRIO

Às 22h45 do dia 1º de abril, os ComAnf e MEC que se encontravam no ARA Santísima Trinidad desembarcaram em botes pneumáticos na PraDbq Verde (figura 1), dividindo-se em duas Unidades-Tarefa (UT), a UT 40.1.3, com a tarefa de conquistar o aquartelamento dos RM, e a UT 40.1.5, responsável pela captura do Governador (Mayorga; Errecaborde, 1998).

Às 2h30 do dia 2 de abril, realizou-se o Dbq da UT 40.1.4, com 10 MEC que se encontravam no Submarino ARA Santa Fe, na praia a leste de Yorke Point. Esta seria a PraDbq Vermelho Leste, primeira opção para o Dbq dos CLAnf. No entanto, fotografias aéreas recebidas em 31 de março revelaram duas rochas que poderiam comprometer o MNT. Dessa forma, decidiu-se alterar para a praia a oeste de Yorke Point, denominada PraDbq Vermelho Oeste. Apesar disso, o ARA Santa Fe não recebeu essa informação e, assim, não retransmitiu à UT 40.1.4, que permaneceu na praia Yorke Leste até a Hora-H (Argentina, [1982?]; Mayorga; Errecaborde, 1998).

Em relação ao ApFN ou ApAe, inicialmente não foi planejado seu uso antes da Hora-H, priorizando-se a surpresa. Mesmo após a perda dessa condição, visando evitar baixas e destruições desnecessárias, o ComForDbq manteve a intenção de não os empregar de forma programada. No entanto, solicitou ao ComForTarAnf a possibilidade de apoio de fogo contra alvos de oportunidade na PraDbq Vermelho Oeste e no Obj Zulu (Argentina, [1982?]).

A UT 40.1.3 realizou a conquista do quartel dos RM às 5h30, sem nenhuma resistência (Mayorga; Errecaborde, 1998) e, às 6h, a UT 40.1.5 iniciou o ataque na casa do Governador (Argentina, [1982?]).

Às 6h22, a primeira vaga, composta pela UT 40.1.2, com 4 CLAnf, inicia o MNT. A luz encarnada que balizava a PraDbq encontrava-se fora do rumo previsto, demarcando Yorke Leste¹⁴. Assim, ordenou-se do navio que o sinal fosse ignorado e os CLAnf passaram a ser guiados, por radar, até a PraDbq Vermelho Oeste, onde chegaram às 6h30 e sem resistência inimiga. Às 6h40, toda a Força prevista para o Dbq por superfície, composta por 19 CLAnf das UT 40.1.1 e 40.1.2, já se encontrava em terra (Argentina, [1982?]; Mayorga; Errecaborde, 1998; Vidigal, 2009).

A ForDbq conquistou o aeroporto às 7h, sem encontrar resistência, apesar da pista estar bloqueada. Os Obj foram sendo conquistados um a um, iniciando-se pelo Zulu, o istmo que permitiria o acesso à Port Stanley. A Reserva e os MEC da UT 40.1.4 conquistaram o Farol San Felipe, Obj Alfa, a fim de permitir o pouso de aeronaves da FAA com segurança (Argentina, [1982?]; Mayorga; Errecaborde, 1998).

Houve dois embates violentos, sendo um nos arredores de Port Stanley. De forma a induzir uma rendição britânica, ordenou-se o Dbq da artilharia. No entanto, seu emprego não foi necessário, pois os fogos dos morteiros levaram os RM a retraírem. O outro local foi a casa do Governador, onde a UT 40.1.5 enfrentou intenso combate, culminando na morte do Capitão de Corveta Giachino, única baixa fatal na Operação. Ainda assim, os argentinos lograram a rendição do Governador e, às 8h45, as guarnições britânicas estavam sob controle. Desse modo, Port Stanley (Obj Bravo) foi conquistada, seguida pelos Obj Echo e November, permitindo a entrada do ARA Cabo San Antonio. Os argentinos assumiram o controle das instalações portuárias e do aeroporto, permitindo o apoio ao DbqAdm. O navio atracou às 15h, iniciando a descarga do material restante. Não obstante, desde a liberação da pista do aeroporto, já haviam pousado aeronaves para prover ApLog e reforço de pessoal (Argentina, [1982?]; Mayorga; Errecaborde, 1998; Souza, 2013).

Terminada a OpAnf com a conquista de todos os Obj e, assim, o controle da ilha, iniciou-se a rendição da ForDbq pelas tropas do Exército, regressando ao continente. No dia 3 de abril, houve ainda retomada das Ilhas Geórgia do Sul (Argentina, [1982?]; Mayorga; Errecaborde, 1998). No entanto, as ações nesse arquipélago não comporão o objeto a ser investigado nesta pesquisa.

¹⁴ Segundo Argentina ([1982?]), a UT 40.1.4 confirmou no terreno a inviabilidade de Yorke Leste e posicionou-se na PraDbq Vermelho Oeste para, na Hora-H, balizá-la às primeiras vagas. No entanto, optamos por priorizar o relato de Mayorga e Errecaborde (1998), que permite análise com maiores lições, destacando a importância do ensaio prévio do MNT.

Assim, a fase de Assalto da Op Rosário evidenciou a superação de desafios identificados durante o Planejamento, como a condução incruenta e a falta de experiência em operações conjuntas. A coordenação entre os diversos componentes da ForTarAnf e a adaptação às variáveis não previstas permitiram a rápida conquista dos Obj, efetivando o controle argentino sobre o arquipélago.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise das fases da Op Rosário nos permitiu identificar elementos para a compreensão de seu êxito, apesar das limitações presentes desde o Planejamento. O Plano foi estruturado com base em condições impostas pelo nível político e validadas pelo nível estratégico, como a necessidade de uma ação incruenta, o rigor no sigilo, a urgência e a obrigatoriedade de emprego conjunto sem respaldo doutrinário. Esses fatores influenciaram diretamente a execução da Operação. Os adestramentos conduzidos pela ForDbq permitiram a adaptabilidade durante o MNT.

A concentração da tropa no ARA Cabo San Antonio, imposta pela escassez de meios, demonstrou-se uma vulnerabilidade que poderia ter sido explorada pelo RU. No entanto, a ausência de uma estrutura de defesa britânica no arquipélago, resultado de decisão político-estratégica prévia, impediu que dispusessem de recursos adequados para explorar essa fragilidade e opor-se eficazmente à ação argentina.

Durante a Travessia, a ForTarAnf demonstrou flexibilidade ao adaptar-se às condições meteorológicas e à perda do sigilo, realizando ajustes como a alteração da Hora-H. Já no Assalto, a coordenação entre os diversos elementos resultou na rápida conquista dos Obj, conforme planejado. A diretriz de manter a Operação incruenta, ainda que desafiadora, foi, em grande medida, cumprida, apesar de não trazer as esperadas vantagens no campo diplomático, como veremos no próximo Capítulo.

Portanto, a ForTarAnf cumpriu sua missão, levando ao êxito da Op Rosário. No entanto, a ausência de disposições no seu planejamento para a defesa do arquipélago comprometeria, semanas depois, a manutenção da conquista.

No Capítulo seguinte, serão apresentadas a estrutura defensiva argentina e a Op Corporate, permitindo que, no Capítulo 5, sejam comparadas à luz do referencial teórico adotado.

4 OPERAÇÃO CORPORATE

Assim que tomou conhecimento da invasão, a primeira-ministra Margaret Thatcher determinou a formação de uma FT com a missão de reconquista do arquipélago. O primeiro desafio seria lidar com as grandes distâncias envolvidas, já que as Malvinas distam 8.000 milhas náuticas (MN) das ilhas britânicas. A permissão concedida pelos EUA para que o RU utilizasse a ilha de Ascensão como base avançada permitiu a diminuição da distância do arquipélago até o ponto de apoio mais próximo para 4.000 MN, fator que se revelou fundamental ao longo de toda a campanha (Vidigal, 2009).

Dessa forma, iniciou-se a Operação que culminaria com a reconquista do arquipélago pelos britânicos e que será apresentada mais adiante. Mas, primeiramente, será exposto como os argentinos prepararam sua estrutura defensiva.

4.1 ORGANIZAÇÃO DA DEFESA ARGENTINA NAS ILHAS MALVINAS

Conforme apresentado no Capítulo anterior, o planejamento da Op Rosário não incluía disposições para a posterior defesa. No entanto, a pouco esperada reação britânica levou os argentinos a iniciarem a sua estruturação, alterando o Obj político de “ocupar para negociar” para “manter as ilhas, vencendo o inimigo”. Assim, em 7 de abril, o Teatro de Operações Malvinas (TOM) foi desfeito, sendo estabelecido o Teatro de Operações do Atlântico Sul (TOAS), cujo Cmt designado foi o Vice-Almirante Juan Lombardo (Argentina, 1983; Pires, 2009).

Iniciou-se o envio de reforços às ilhas, pois foi constatado que a guarnição, inicialmente composta pelo Regimento de Infantaria 25 (RI 25), era insuficiente para garantir a defesa do arquipélago e, sobretudo, não transmitia com clareza a firme intenção argentina no âmbito diplomático de manutenção da posição. Para fins de planejamento, adotou-se o pressuposto segundo o qual uma OpAnf requer uma superioridade de forças de cinco para um. Com base nisso, uma defesa com cerca de 10 mil militares exigiria um efetivo invasor de 50 mil homens, o que seria teoricamente inconcebível para os britânicos. Dessa forma, guarnição foi ampliada para oito RI e dois Grupos de Artilharia, além do BIM 5. Para compor esse efetivo, convocaram-se reservistas recém-incorporados ao Exército, que além da pouca experiência, careciam de equipamentos e fardamentos adequados para o clima frio. Esses fatores

comprometeriam a eficácia defensiva esperada e relativizariam a vantagem conferida pela relação de forças projetada (Mayorga; Errecaborde, 1998; Souza, 2013).

O reforço levou a outro desafio: prover subsistência a um maior efetivo na ilha. Com a imposição da Zona de Exclusão Marítima (ZEM) pelos britânicos a partir de 12 de abril, o transporte logístico passou a depender exclusivamente do modal aéreo, limitando o envio de equipamentos essenciais (Souza, 2013).

A fim de impedir a aproximação britânica, foi constituída uma FT composta por três GT, incluindo o NAe ARA 25 de Mayo, com aviação embarcada. No entanto, o afundamento do ARA General Belgrano por um SSN britânico evidenciou a incapacidade argentina de contrapor-se eficazmente à ameaça inimiga. Assim, decidiu-se pela retração da Força Naval, que permaneceu restrita aos portos ou à faixa litorânea continental, retirando-se do TO. Com isso, as aeronaves embarcadas no NAe passaram a operar a partir do continente, configurando, juntamente com as da FAA, o único meio com capacidade ofensiva sobre a FT britânica (Vidigal, 2009).

Os caças não poderiam operar a partir das Malvinas pois a extensão da pista do aeródromo local era insuficiente para permitir a decolagem, limitando seu uso a aeronaves de menor porte. Pode-se questionar por que os argentinos não expandiram essa capacidade no período que antecedeu o AssAnf britânico. Contudo, segundo Lombardo (2001), estudos técnicos concluíram que a ampliação da pista era inviável, pois ambas as extremidades terminavam em mar profundo.

Outro ponto foi a falta de coordenação entre as três Forças. Um exemplo é que o ComTOAS só possuía sob sua subordinação os meios aeronavais, enquanto as aeronaves da FAA estavam sob outro Comando. Para amenizar essa deficiência, foi criado em 23 de maio o Centro de Operações Conjuntas (CEOPECON). Mas, por ter sido concebido tardiamente, não atingiu seu propósito (Argentina, 1982).

Com mais de 4 mil km de litoral, a defesa imediata das ilhas representava um desafio considerável. Priorizou-se a proteção de um perímetro de 50 km em torno de Port Stanley, onde foram concentrados mais de 7 mil homens. Outros pontos importantes também foram guarnecidos, como Goose Green, Pebble Island e San Carlos. Este último, local do AssAnf britânico, contava com 62 soldados (Souza, 2013). No mar, foram instaladas minas na entrada de Port Stanley. Embora houvesse planos para minar o Estreito de San Carlos, a operação foi suspensa devido à quantidade insuficiente de artefatos disponíveis nas ilhas (Mayorga; Errecaborde, 1998).

Os argentinos desenvolveram, durante o conflito, uma plataforma terrestre de lançamento do míssil Exocet, empregada nas proximidades de Port Stanley, que atingiu e danificou o HMS Glamorgan (Argentina, 1983). Em apoio à defesa de costa, havia peças de artilharia de 105 mm, com alcance de 10 km, insuficientes para enfrentar os canhões navais britânicos, que operavam a mais de 15 km. Duas peças de 155 mm, com alcance de 20 km, só seriam disponibilizadas nas ilhas em maio (Souza, 2013). Paralelamente, a Companhia de Engenharia Anfíbia foi empregada na construção de barreiras e fortificações (Mayorga; Errecaborde, 1998).

Dessa forma, a defesa argentina nas Malvinas mostrou-se reativa diante da inesperada ofensiva britânica, caracterizada por improvisações, limitações logísticas e deficiências na coordenação conjunta. Apesar do aumento do efetivo, fortalecimento das posições e emprego de recursos AD, como mísseis Exocet a partir de terra e minas navais, a ausência de um planejamento integrado e prévio prejudicou a efetividade do dispositivo, comprometendo o êxito alcançado pela Op Rosário.

4.2 PLANEJAMENTO, EMBARQUE, ENSAIO E TRAVESSIA DA OPERAÇÃO CORPORATE

Da mesma forma que no Capítulo anterior, será priorizada a apresentação da Operação em ordem cronológica, de modo a facilitar sua compreensão. Contudo, diferentemente da Op Rosário, o Planejamento da Corporate iniciou-se apenas durante a Travessia, conforme veremos. Por essa razão, as quatro primeiras fases serão tratadas em um único item, sendo analisadas separadamente no Capítulo 5.

A estrutura criada a partir da determinação da primeira-ministra foi denominada FT 317, sob o Comando do Almirante John Fieldhouse, que também acumulava a função de Cmt do Teatro de Operações (ComTO) e de Cmt da FT 324, composta por 3 submarinos. A FT 317 era subdividida em 3 GT: a ForTarAnf¹⁵ (GT 317.0), Comandada pelo Comodoro Michael Clapp; a ForDbq (GT 317.1), sob o Comando do General Julian Thompson; e o Grupo de Batalha nucleado em NAe (GT 317.8), Comandado pelo Contra-Almirante John Woodward (Pires, 2009). Posteriormente, foi criado o GT 317.9, para a conquista das Ilhas Geórgia do Sul (Clapp; Tailyour, 2012).

¹⁵ O GT 317.0, originalmente denominado *Amphibious Task Group*, Grupo-Tarefa Anfíbio em português, será referido nesta dissertação como Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), de modo a manter o paralelismo com a terminologia adotada na Marinha do Brasil.

Em virtude da urgência, o Embarque e o início da Travessia ocorreram sem a expedição de uma DI e, conseqüentemente, sem um Plano de Dbq. Assim, o carregamento não buscou atender uma ideia de manobra em terra, sendo realizado de forma apressada e na ordem em que os materiais eram disponibilizados no cais (Clapp; Tailyour, 2012). Por outro lado, o governo britânico autorizou que toda a preparação ocorresse de forma pública, eliminando a necessidade de sigilo durante o Embarque. Essa transparência permitiu a rápida concentração de meios, a qual foi um fator positivo para a pronta partida da Força (Mayorga; Errecaborde, 1998).

A fim de permitir o embarque de todo pessoal e material necessários, foram mobilizados 45 navios mercantes (Mayorga; Errecaborde, 1998). Em 5 de abril, o dois NAE partiram de Portsmouth. Já os navios da ForTarAnf iniciaram a travessia a partir do dia seguinte, com o ComForTarAnf e o ComForDbq embarcados no Navio de Desembarque Doca (NDD) HMS Fearless. Também integrava o GT 317.0 o NDD HMS Intrepid, além de sete fragatas, dois contratorpedeiros, diversos navios de apoio da Royal Fleet Auxiliary (RFA) e parte dos mencionados navios mercantes. Assim, a ForTaAnf realizou a Travessia com seus meios partindo de forma escalonada rumo à ilha de Ascensão, distribuindo a ForDbq por 11 navios distintos (Clapp; Tailyour, 2012).

A ilha de Ascensão, como base avançada, permitiu a reorganização da carga, possibilitando ainda o embarque de militares e material não realizado no RU, que chegaram à ilha por via aérea. (Mayorga; Errecaborde, 1998). O Fearless aguardava o Intrepid para redistribuir pessoal e carga, pois, ao sair do RU, embarcara efetivo além de sua capacidade, obrigando a acomodação de militares em locais improvisados. Outros navios também se deslocaram carregados além do previsto. A reorganização da carga executada em Ascensão ocorreu antes do término do planejamento. Assim, ainda que a rápida mobilização em Londres tenha sido politicamente positiva, gerou atrasos em Ascensão, dificuldades em San Carlos e precipitou a decisão argentina de reforçar a defesa das ilhas (Clapp; Tailyour, 2012).

Em 17 de abril, os três Cmt de GT (CGT) e o Cmt da FT (CFT) 317, Almirante Fieldhouse, realizaram uma reunião de planejamento na ilha. A presença deste possivelmente deveu-se à dificuldade de relação entre Woodward e os outros dois CGT (Mayorga; Errecaborde, 1998). Conforme a doutrina vigente à época, expressa na publicação ATP 8 da OTAN, o ComForTarAnf responde diretamente ao Almirante com Comando sobre todas as Forças no mar, no caso, o próprio CFT. Ademais,

embora o ComForTarAnf e o ComForDbq possuam o mesmo posto e *status*, este subordina-se àquele durante a execução da OpAnf, até que as forças em terra estejam desembarcadas e autossuficientes (Clapp; Tailyour, 2012).

Inicialmente, a ForTarAnf e a ForDbq seriam UT subordinadas ao GT de Woodward (figura 2). Em 9 de abril, o CFT atribuiu a Clapp e Thompson a condição de CGT, em igualdade com Woodward (figura 3). Em seguida, esclareceu-se que este seria o “CGT sênior”, um *primus inter pares* no TO, cabendo-lhe coordenar os meios quando necessário, embora todos mantivessem igual acesso ao CFT. Clapp entendia que, conforme a doutrina, deveria subordinar-se diretamente ao CFT. Considerava muito boa a sua relação com Thompson, contudo difícil a com Woodward (Clapp; Tailyour, 2012). Este, por sua ascendência hierárquica, não considerava possível uma equivalência no TO, assumindo postura prática de superioridade (Woodward; Robinson, 1997). Dessa forma, a ausência do CFT no TO, o qual coordenou a Operação desde o RU, somada às alterações e à ambiguidade nas relações de Comando, potencializou os atritos entre os CGT e indefinições na tomada de decisões.

A ilha de Ascensão apresentava diversas limitações para a realização de ensaios. Possuía só uma praia adequada, a qual permitia o desembarque de apenas uma ED por vez. Nenhum local apropriado para pouso, exceto o aeródromo, tampouco áreas de treinamento. Contudo, o recurso mais escasso era o tempo, diante da complexa redistribuição de cargas e da pressão exercida por Woodward para que partissem logo. Assim, o que foi possível fazer foram adestramentos de tiro e com ED e He, mas sem configurar um ensaio que refletisse o Plano de Dbq. Caso este tivesse sido ensaiado à noite, conforme previsto na doutrina, muitos dos problemas enfrentados no Dia-D poderiam ter sido evitados (Thompson, 1985).

A ForTarAnf deixou Ascensão em 7 de maio, ainda sem a definição da AOA (Thompson, 1985). No dia 10, Clapp e Thompson decidiram por San Carlos, informando ao CFT (Clapp; Tailyour, 2012). San Carlos foi escolhida principalmente pela proteção oferecida pelas montanhas, que forçavam as aeronaves argentinas a se aproximarem por maior altura, facilitando sua detecção pelos radares britânicos (Vidigal, 2009). Sua principal desvantagem era a distância de quase 100 km até Port Stanley (Thompson, 1985; Woodward; Robinson, 1997).

O Dia-D permanecia indefinido até 18 de maio, quando veio a confirmação do nível político para o dia 20. Porém, o anúncio da emissora BBC de que dois grupos

britânicos estavam prontos para invadir as Malvinas comprometeu o sigilo, levando Clapp e Thompson a transferi-lo para o dia 21. Quanto à Hora-H, Thompson preferia logo após o pôr do sol, evitando o tradicional Dbq ao amanhecer e garantindo máxima escuridão no avanço da ForDbq. Já Clapp e Woodward priorizavam maior período noturno para a aproximação dos meios, com a Hora-H pouco antes do amanhecer, já que os argentinos não realizavam ataques aéreos noturnos. Assim, em espírito de cooperação, acordaram o horário de 2h30 da manhã, que traria benefícios a ambos os lados (Clapp; Tailyour, 2012; Thompson, 1985; Woodward; Robinson, 1997).

Em 19 de maio, devido à grande concentração de tropas no SS Canberra, um transatlântico requisitado para a guerra, redistribuiu-se parte de seus 2 mil militares entre os demais navios de transporte. A medida sobrecarregou os HMS Fearless e Intrepid, mas mitigou o risco de comprometer parcela significativa da ForDbq em caso de afundamento do Canberra (Clapp; Tailyour, 2012; Woodward; Robinson, 1997).

Na noite de 20 para 21 de maio, a ForTarAnf adentrou a AOA, aproximando-se de San Carlos e concluindo a fase de Travessia. Assim iniciou-se a Op Sutton¹⁶, que visava o estabelecimento de uma CP em San Carlos para posterior avanço até Port Stanley (Clapp; Tailyour, 2012).

As quatro primeiras fases da Operação evidenciaram os desafios impostos pela urgência, pelas grandes distâncias e pela complexidade das relações de Comando. Sem embargo, a ForTarAnf logrou concluir a fase de Travessia e posicionar-se adequadamente para o desencadeamento da Op Sutton.

4.3 ASSALTO DA OPERAÇÃO CORPORATE

Influenciados pela prática do United States Marine Corps (USMC) à época, que priorizava as OpAnf próximas aos Obj, os argentinos presumiam que o Dbq britânico ocorreria em Port Stanley ou arredores. O RU explorou essa expectativa com transmissões de rádio simuladas e lançamento de artefatos típicos de OpAnf à deriva. Ações de Forças Especiais em Darwin e Goose Green também visavam reforçar essa percepção. Além disso, fragatas do GT de Woodward bombardearam alvos na costa leste da Malvina Oriental, no contexto da Op Tornado, simulando a preparação de uma

¹⁶ Embora a campanha fosse denominada “Corporate”, o desembarque em San Carlos, ou seja, a fase do Assalto, foi designado pelos britânicos como Operação Sutton (Clapp; Tailyour, 2012).

ADbq para fixar tropas argentinas em Stanley. Foi durante essa manobra que o HMS Glamorgan foi atingido por um míssil Exocet baseado em terra (Clapp; Tailyour, 2012; Woodward; Robinson, 1997). A manobra, contudo, obteve êxito, pois persistiam dúvidas no Comando argentino quanto à ação em San Carlos ser um despistamento ou uma operação secundária (Mayorga; Errecaborde, 1998).

O Major-General Jeremy Moore foi designado CGT 317.1, assumindo o Comando das Forças Terrestres¹⁷, enquanto Thompson passou à condição de Cmt da UT 317.1.1, promovendo nova alteração nas relações de Comando (figura 4). Contudo, em 21 de maio, Moore ainda se deslocava para as Malvinas, com limitações nas comunicações. Na prática, durante o Dbq, Thompson manteve o Comando direto da ForDbq, em coordenação com Clapp (Clapp; Tailyour, 2012).

Os britânicos receberam a informação de que havia argentinos portando arma anticarro em Fanning Head, posição dominante sobre a entrada da Baía de San Carlos (figura 5), representando uma ameaça ao Dbq. Na noite do dia 20, infiltraram-se militares do Special Boat Service (SBS), ComAnf britânicos, os quais, em conjunto com o ApFN do HMS Antrim, neutralizaram a resistência (Thompson, 1985).

Foi planejado que os navios da ForTarAnf não adentrariam a Baía de San Carlos até que a região estivesse sob controle, permanecendo na entrada do estreito, próximo a Chanco Point. Alguns fatos atrasaram o MNT: falha na bomba de lastro do Fearless, que impedia a liberação das ED; demora no embarque do 2 Para que, por falta de tempo, só havia feito um exercício diurno; e um acidente com um paraquedista. Assim, o Dbq iniciou-se às 3h40, com o 40 Commando na PraDbq Azul Uno e o 2 Para em Azul Dois. Já a segunda vaga, devido a novos atrasos, alcançou a costa já sob a luz do dia, com o 45 Commando e o 3 Para nas PraDbq Verde e Vermelho (figura 5). O 42 Commando permaneceu a bordo do SS Canberra como reserva (Clapp; Tailyour, 2012; Mayorga; Errecaborde, 1998; Woodward; Robinson, 1997).

Cada unidade recebeu Obj visando à conquista da CP. O 2 Para avançou para o sul para conquistar a Montanha Sussex, que possui dominância sobre a Baía de San Carlos, antecipando-se a possível movimento argentino a partir de Darwin. O 40

¹⁷ A ForDbq era nucleada na 3 Commando Brigade, composta pelos 40, 42 e 45 Commandos, Batalhões dos RM, e pelos 2º e 3º Batalhões do Regimento Paraquedista (2 e 3 Para) do British Army. Posteriormente, após o Dbq, foi incorporada a 5 Infantry Brigade, que constituiu a UT 317.1.2, sob o comando do General Tony Wilson. Assim, ambas as UT, de Thompson e Wilson, formavam as Forças Terrestres, GT 317.1. Apesar deste GT já possuir essa configuração antes do assalto, na prática, a UT de Thompson exerceu o papel da ForDbq durante a OpAnf, em contato direto com a ForTarAnf, sem subordinar-se ao GT de Moore. (Clapp; Tailyour, 2012, p. 388; Souza, 2013, p. 302).

Commando ocupou o povoado de San Carlos e estabeleceu posição defensiva na contraencosta da Montanha Verde. O 45 Commando assegurou Ajax Bay. E o 3 Para conquistou Porto San Carlos, sendo o único a enfrentar oposição: cerca de 40 argentinos, alguns remanescentes da ação em Fanning Head, que recuaram ante os fogos de morteiro. Contudo, conseguiram abater dois He britânicos (Thompson, 1985).

Em seguida, iniciaram-se os Dbq por He dos obuseiros, que reforçariam o apoio de fogo, e dos sistemas de mísseis Rapier, destinados à defesa antiaérea diante dos esperados ataques argentinos ao amanhecer. Estes inicialmente apresentaram falhas, resultado do longo tempo de travessia. A partir de D+2, passaram a obter acertos, atuando como elemento dissuasório (Thompson, 1985).

As aeronaves argentinas afundaram o HMS Ardent e danificaram os HMS Argonaut, Antrim, Brilliant e Broadsword, próximos a San Carlos, no Dia-D. Porém, ao priorizar os navios escoltas em vez dos de Dbq e transporte, que reuniam cerca de 3 mil homens, favoreceram os britânicos (Woodward; Robinson, 1997). Ainda assim, esses ataques dificultaram o transporte dos suprimentos, principalmente por ED e He e, posteriormente, pelos Navios de Dbq Logístico após abicarem, obrigando a concentrar o Dbq do ApLog durante o período noturno. O risco aéreo levou o Canberra e o Norland a partirem antes de descarregar todo o material, gerando problemas logísticos durante a guerra. Além disso, a falta de tempo para o carregamento no RU e para a reorganização em Ascensão comprometeram a arrumação da carga, dificultando a localização dos itens necessários (Clapp; Tailyour, 2012).

Em D+2, iniciou-se o Dbq de placas de alumínio destinadas à construção da pista que integraria a Base de Op Avançada dos Harriers em San Carlos, cuja montagem foi concluída em D+9 (Clapp; Tailyour, 2012).

A CP foi estabelecida no próprio Dia-D. No entanto, a OpAnf foi considerada encerrada apenas no dia 27, com a desativação da AOA, que passou a operar como Área de Transporte, mantendo o ApLog às forças terrestres. Nesse dia, iniciou-se o deslocamento para leste em duas frentes: uma ao norte, diretamente para Port Stanley, composta pelos 45 Commando e 3 Para; e outra ao sul, em direção a Port Darwin e Goose Green, com o 2 Para. O 40 Commando manteve a segurança em San Carlos e o 42 Commando permaneceu como reserva. A 5 Infantry Brigade desembarcou dia 30 para reforçar as tropas no terreno. Em 14 de junho, Port Stanley foi conquistada pelos britânicos, encerrando o conflito (Clapp; Tailyour, 2012; Vidigal, 2009).

A OpAnf em San Carlos representou uma manobra complexa e bem-sucedida. Apesar de falhas iniciais, como atrasos no Dbq e dificuldades no emprego dos Rapier, os britânicos lograram consolidar a CP, mesmo sem a obtenção da superioridade aérea durante o período diurno, e projetar poder para o interior da ilha. A coordenação entre as forças navais e terrestres, aliada ao êxito nos despistamentos, foi decisiva para o sucesso da Operação, que culminou com a reconquista das Malvinas.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As fases da Op Corporate evidenciaram elevada interdependência, demonstrando que falhas ou acertos em uma etapa repercutem diretamente nas seguintes. A urgência no embarque, com carregamento realizado sem planejamento e sob pressão, resultou em desorganização das cargas, afetando a eficiência logística em San Carlos. A disponibilização da Ilha de Ascensão, contudo, foi decisiva para mitigar essas dificuldades, permitindo uma reorganização parcial dos meios.

Ascensão também possibilitou treinamentos, ainda que limitados pela carência de locais apropriados. A ausência de um ensaio noturno com o 2 Para comprometeu a fluidez do MNT, gerando atrasos logo na primeira vaga do Dbq.

As indefinições quanto à cadeia de Comando entre Clapp, Thompson, Woodward e Moore dificultaram decisões e criaram ambiguidades e atritos, sobretudo no planejamento, repercutindo ao longo da campanha. Ainda assim, a relação de cooperação entre o ComForTarAnf e o ComForDbq mitigou tais impactos, permitindo o desenvolvimento coeso das ações.

A escolha de San Carlos como local de Dbq foi favorecida pelas ações de despistamento, evidenciando como o êxito de operações preparatórias influenciam diretamente o sucesso. Soma-se a isso a estrutura defensiva argentina, concebida tardiamente por considerar improvável uma reação militar britânica. Tal percepção resultou em fragilidades exploradas com sucesso pelos britânicos.

Dessa forma, a análise integrada das fases demonstra que decisões apressadas, falhas de coordenação ou ausência de preparo repercutem em toda a campanha. Ainda assim, a capacidade britânica de adaptação e coordenação foi decisiva para o seu êxito. A seguir, procederemos à comparação entre ambas as Operações, à luz do referencial teórico.

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS OPERAÇÕES ROSÁRIO E CORPORATE

Neste Capítulo, compararemos as Op Rosário e Corporate, bem como os dispositivos defensivos que as antecederam, sob a ótica da doutrina brasileira de OpAnf e dos conceitos de Defesa de Litoral Insular. Iniciaremos pelas estruturas defensivas britânica e argentina.

5.1 DEFESA DAS ILHAS MALVINAS

Primeiramente, devemos considerar a diferença de expectativa de ambos os dispositivos defensivos. Enquanto os britânicos foram surpreendidos pela Op Rosário, os argentinos tiveram melhores oportunidades para se organizar. Não obstante, ambos, devido a condicionantes políticas, não se prepararam devidamente. O RU priorizou a austeridade, descartando a criação de uma “fortaleza Malvinas”; e a Argentina, considerando pouco provável uma reação britânica, estabeleceu inicialmente o Obj político de “ocupar para negociar”, sem incluir, no planejamento da Op Rosário, as disposições para a posterior defensiva.

Para ambos os lados e por distintas razões, a expectativa de coordenação entre as três Forças Armadas na defesa das ilhas não se materializou. Os britânicos só dispunham dos meios da RN. Os argentinos contavam com meios das três Forças, mas não possuíam uma boa coordenação conjunta. Um exemplo são as aeronaves da FAA, que não se encontravam subordinadas ao ComTOAS. Em que pese o esforço da criação do CEOPECON, por haver sido tardia, não supriu essa deficiência.

Avaliaremos como foram aplicadas as três camadas para a Defesa de Litoral Insular enumeradas no Capítulo 2. Na primeira, mais externa, o RU recebeu dos EUA informações sobre a movimentação argentina e considerou enviar SSN à região, mas os argentinos anteciparam a Operação. Assim, os britânicos não possuíam, no local e momento, meios para impor a NUM, falhando na primeira camada. Já os argentinos possuíam FT nucleada em NAe, mas após o afundamento do ARA Belgrano, retraíram seus meios navais para o continente. A partir desse momento, também passaram a atuar sem estabelecer uma defesa na primeira camada.

Quanto à segunda, os britânicos permaneciam sem recursos para compô-la. O único meio naval, o HMS Endurance, encontrava-se na Geórgia do Sul. Os argentinos a estabeleceram por meio de aeronaves de menor porte baseadas em Port Stanley e

das operando do continente, tanto da FAA quanto da ARA, armadas com mísseis Exocet. A inexistência de pista apropriada nas Malvinas fazia com que estas aeronaves atuassem no limite da autonomia. Além disso, após a imposição da ZEM pelo RU, agravada pelo afundamento do ARA Belgrano, os argentinos não puderam preservar suas LCM, dependendo exclusivamente do transporte aéreo para ApLog.

A terceira camada do RU limitava-se a 46 RM e 25 civis da “Força de Defesa Local”, concentrando-se nos principais pontos de Port Stanley, com destaque para a casa do Governador. Não construiu fortificações ou estruturas permanentes para defesa. Já os argentinos dispunham de mais de 10 mil homens, em sua maioria conscritos inexperientes. Ainda assim, não dispunham de efetivo para a defesa de todo o perímetro da ilha, priorizando Port Stanley e permitindo aos britânicos desembarcarem em região com pouca resistência. Empregaram engenharia para construção de barreiras e fortificações. Para aplicar AD nas proximidades de Port Stanley, utilizou minas navais na entrada, empregou uma plataforma terrestre improvisada para míssil Exocet e artilharia com obuseiros 105 mm e 155 mm, recursos que só foram empregados contra os meios de despistamento britânico. Em San Carlos, além do pouco efetivo, foram utilizadas aeronaves contra os meios anfíbios britânicos.

Desse modo, a comparação mostra que, em ambas as defesas, o isolamento geográfico limitou o apoio e o ressuprimento externo, agravado, no caso argentino, pela interrupção das LCM. Os britânicos careciam de meios e efetivo. Os argentinos, apesar do maior contingente, falharam na coordenação conjunta e na sustentação logística. O imprevisto da reação argentina evidencia que, dada a complementaridade entre um AssAnf e sua defensiva subsequente, o planejamento desta deve ser previsto desde a fase inicial da operação. A seguir, procederemos à comparação entre as Op Rosário e Corporate, com início pela fase de Planejamento.

5.2 PLANEJAMENTO

O planejamento da Op Rosário foi iniciado pelo Plano Esquemático de Campanha, situado no nível operacional, que nomeou o ComForTarAnf e estabeleceu suas primeiras condições. Assim, podemos considerar que este Plano, apesar de anteceder as diretrizes estratégicas, cumpriu o papel de uma DI, já que não houve emissão formal desta e a ForTarAnf estava diretamente subordinada ao ComTOM. Já

a Op Corporate foi iniciada sem uma DI ou outro documento do EscSup, gerando consequências, como o carregamento desordenado dos navios, ambiguidade e atritos nas relações de comando e tomadas de decisões tardias. Assim, embora ambas não contassem com uma DI, os argentinos tiveram um processo de planejamento mais consistente, pela clareza que um documento orientador do EscSup lhes proporcionava.

Esse fato anterior gerou outra diferença. Os argentinos realizaram o embarque com o planejamento preliminar concluído, passando ao detalhado durante a travessia. Já os britânicos iniciaram esse processo apenas após a chegada na Ilha de Ascensão. Assim, o planejamento perdurou durante a travessia em ambas. No caso argentino, o principal motivo foi a mitigação do risco de quebra de sigilo, tendo a urgência também contribuído. Já para os britânicos, a premência de tempo exigida pelo nível político e a ausência de uma DI levaram à condição, prevista na CGCFN-1-1, em que há uma inversão das fases da OpAnf, quando o embarque ocorre antes do planejamento.

Quanto às características do planejamento, o rigor do sigilo na Op Rosário, que restringiu a divulgação dos Planos aos escalões subordinados, prejudicou a simultaneidade e o detalhamento, já que os Cmt de Subunidades só souberam que participavam de uma operação real durante a Travessia, já próximo do Dia-D, comprometendo o fluxo regular de informações descendentes e ascendentes. Já a Corporate, por sua ostensividade desde o início, não sofreu esse problema.

O paralelismo foi observado na Op Rosário, com o ComForTarAnf e o ComForDbq tratando diretamente com o ComTOAS sobre seus planejamentos. Na Corporate, essa característica esteve nas decisões conjuntas de Clapp e Thompson. A dificuldade era identificação do EscSup de ambos: ora Fieldhouse, o ComTO, ora parecia ser Woodward, outro CGT. O fato daquele acumular a função de CFT, no nível tático, com o Comando operacional contribuiu para esse impasse, sendo desejável que houvesse outro Oficial General no TO na função de CFT, o que provavelmente eliminaria as dificuldades nas relações de Comando. A nomeação de Moore como CGT, levando Thompson a comandar uma UT, levaria a outro problema. Entretanto, a dificuldade de comunicação de Moore, ainda ausente do TO, com Clapp permitiu que Thompson permanecesse no Comando da ForDbq durante o AssAnf em San Carlos.

Embora não haja referência explícita a um processo de planejamento como a SACEM, Decisões Fundamentais foram tomadas em conjunto pelo ComForTarAnf e o ComForDbq em ambas as Operações. Podemos citar os Obj, as PraDbq, o Dia-D e

a Hora-H. Em relação à CP, os britânicos a definiram em San Carlos, materializada pelos Obj finais atribuídos a cada Unidade. Já os argentinos não fizeram referência a uma CP, estabelecendo apenas os Obj para o controle de Port Stanley, pois entendiam que essa ação consubstanciaria a conquista das Malvinas. Como os britânicos não possuíam efetivo em outras partes da ilha, não seria necessário planejar Obj finais para garantir a defesa do perímetro, não sendo, assim, estabelecida uma CP.

Entre as operações preparatórias na Op Rosário, destacaram-se as ações dos ComAnf e MEC antes da Hora-H. Além disso, o Dbq de militares da FAA no aeroporto para sua conquista poderia ser considerado como operação de apoio, já que não compunham a ForTarAnf. No entanto, esta tarefa passou a ser cumprida pela ForDbq. Os britânicos infiltraram SBS com a ForAvç para as ações em Darwin, Goose Green e Fanning Head, dentre outros. Houve também a Op Tornado, considerada de apoio por ter sido executada pelo GT de Woodward para iludir os argentinos quanto à localização da AOA. Embora se tratasse de um despistamento, não configurou uma DemAnf, pois não utilizou meios que simulassem um Dbq, como ED, apenas navios realizando ApFN, visando simular a preparação da ADbq.

Dessa forma, observamos que os exemplos de não aderência à doutrina de OpAnf resultaram em prejuízos, como a inexistência de uma DI e as dificuldades nas relações de comando na Corporate, bem como as restrições à simultaneidade e ao detalhamento na Rosário. Por outro lado, o êxito argentino sem previsão de uma CP demonstra que certa flexibilidade pode ser válida. Ainda assim, os melhores resultados observaram a doutrina, como o paralelismo entre ComForTarAnf e ComForDbq e a realização de operações preparatórias, evidenciando sua importância.

5.3 EMBARQUE

Os embarques de ambas as Operações ocorreram com premência de tempo. Ainda assim, na Rosário, atendeu à ideia de manobra em terra. Por outro lado, o sigilo tornou a movimentação mais complexa, sem grandes concentrações e priorizando deslocamentos noturnos, o que não negou ao RU, com apoio dos EUA, a ciência da mobilização. Já na Corporate, a publicidade permitiu maior fluidez, mas a ausência de um planejamento comprometeu a lógica inversa ao Dbq, exigindo reorganizações.

Apesar de, doutrinariamente, o Embarque encerrar com o início da Travessia, podemos dizer que, no caso dos britânicos, ele ocorreu em duas etapas: a primeira no RU e a segunda na ilha de Ascensão. Isso porque, neste local, não houve só uma reorganização, mas novo embarque de milhares de militares e de toneladas de carga. Com mais meios navais, incluindo 45 navios mercantes mobilizados, os britânicos puderam distribuir melhor sua ForDbq. Os argentinos, limitados a um único navio de Dbq e impedidos de empregar mercantes por razões de sigilo, concentraram tropas em um único meio, gerando grande vulnerabilidade. A superlotação ocorreu em ambas, mas foi mais sentida pelos argentinos, com a acomodação inapropriada de militares e condições meteorológicas adversas na travessia, causando desconforto à tropa.

Portanto, apesar da premência em ambas as Operações, o caso britânico aponta os custos de realizar o embarque sem considerar a ideia de manobra em terra. Já o rigor argentino no sigilo limitou a mobilização de navios, agravando a superlotação e tornando a ForDbq vulnerável. Os britânicos, cujo carregamento ocorreu de forma ostensiva, obtiveram maior fluidez e disponibilidade de meios. Assim, embora o RU tenha apresentado menor aderência à doutrina em dois aspectos, os efeitos foram opostos: negativos pelo embarque sem planejamento e positivos pela transparência.

5.4 ENSAIO

Ambas as Operações enfrentaram dificuldades na execução do Ensaio. As principais limitações argentinas foram o sigilo, a urgência e a ausência de um ponto intermediário entre o local de embarque e as Malvinas. Ainda assim, realizaram exercícios simulando o MNT, conforme o Plano de Dbq, inclusive com vetoração a partir do navio de controle. Esse adestramento foi fundamental para evitar um erro no Dbq, quando a PraDbq balizada estava incorreta, sendo a primeira vaga então guiada por radar. Embora a tropa desconhecesse tratar-se de um ensaio e apenas parcela da ForTarAnf e da ForDbq tenha participado, essa fase cumpriu seu propósito.

Os britânicos dispunham de um ponto intermediário: a ilha de Ascensão. No entanto, a ausência de área para um ensaio geral permitiu apenas exercícios de Dbq de menor vulto. Ademais, a urgência impediu que todas as Unidades ensaiassem adequadamente e seguindo um Plano de Dbq, o qual não estava concluído à partida

de Ascensão. A insuficiente preparação, sobretudo do 2 Para, que não realizou ensaio noturno, contribuiu para atrasos no MNT.

Assim, apesar das limitações, podemos considerar que ambas as Operações realizaram, segundo a CGCFN-1-1, Ensaio Gerais conduzidos separadamente por escalões paralelos da ForTarAnf e ForDbq. Essa fase demonstrou-se essencial, contribuindo para o êxito dos argentinos no MNT e, devido às restrições de um ensaio mais completo pelos britânicos, levando a dificuldades em San Carlos.

5.5 TRAVESSIA

Ambas as ForTarAnf tiveram êxito em suas fases de Travessia, sem a perda de meios, sendo protegidas por uma Força de Cobertura nucleada em NAe. Cada uma, porém, enfrentou desafios específicos: os argentinos priorizaram o sigilo, diante do risco de ataque por SSN; os britânicos superaram as grandes distâncias envolvidas, aspecto mitigado pela ilha de Ascensão. Assim como na fase do Embarque, a Travessia ocorreu em duas etapas: a primeira até a referida ilha, escalonada durante vários dias; e a segunda, com o GT concentrado, finalizando nas Malvinas.

Os dois contendores realizaram seus planejamentos durante esta fase. No caso argentino, somente o detalhado. Já os britânicos, o iniciaram em Ascensão, mas partiram sem a definição da AOA, evidenciando que ainda estavam na etapa preliminar. Ambos tiveram o comprometimento do sigilo, levando Clapp a adiar o Dia-D e Allara, a Hora-H, transferindo ainda, da FAA para a ForDbq, a tarefa da conquista do aeródromo. Os argentinos também alteraram o Dia-D, mas devido às condições meteorológicas. Ainda assim, realizaram adestramentos de embarque nos meios anfíbios.

Os britânicos se preocuparam com a concentração de tropas, transferindo pessoal do SS Canberra para outros navios. Embora desafiadora durante a travessia, a medida mitigou riscos que os argentinos, por falta de meios, decidiram aceitar.

Dessa forma, ambas as ForTarAnf conduziram a ForDbq com segurança até a transição para o Assalto. Observamos aderência à CGCFN-1-1, com exercícios, ajustes no carregamento e acompanhamento da situação tática e meteorológica, que impuseram alterações no planejamento. Apesar das particularidades de cada Operação, concluímos que, em termos gerais, ambas seguiram o previsto na doutrina.

5.6 ASSALTO

Embora as duas campanhas visassem à conquista das Malvinas por meio do controle de Port Stanley, a primeira diferença foi a escolha do local de Dbq. Enquanto os argentinos decidiram desembarcar diretamente nessa localidade, os britânicos elegeram San Carlos, a 100 km, a fim de evitar uma OpAnf em região defendida por mais de 7 mil homens, substituindo-a por outra com menos de 100. Apesar da quebra do sigilo em ambas, as Operações lograram certo grau de surpresa tática: os argentinos, pela sua antecipação; e os britânicos, pelo êxito no despistamento obtido pela Op Tornado. Para melhor compreensão, a comparação será feita segundo as etapas da fase de Assalto, conforme descritas no Capítulo 2, pois ambas, por estabelecerem firmemente uma ForDbq em terra, consistiram na modalidade de AssAnf.

Como ações na primeira etapa argentina, podemos citar o reconhecimento e balizamento dos MEC na PraDbq Vermelho e ações de Operações Especiais (OpEsp) nos Obj antes da Hora-H. O ApFN não foi planejado nessa etapa, a fim de preservar a surpresa e evitar baixas e danos desnecessários. Os britânicos realizaram ações com militares do SBS e ApFN em Fanning Head, neutralizando ameaças ao Dbq.

Na segunda etapa, ambos os MNT enfrentaram imprevistos. Os MEC argentinos, ao balizarem a PraDbq incorreta, poderiam ter comprometido a Operação, já que as duas rochas que nela havia constituíam grave risco aos CLAnf. A mudança para a vetoração a partir do navio de controle, conforme o ensaio, preservou o êxito da ação. Já os desafios enfrentados pelos britânicos levaram a atrasos no MNT, acarretando o Dbq das vagas seguintes sob a luz do dia, aumentando a vulnerabilidade. Caso o 2 Para tivesse feito ensaio noturno, o risco teria sido mitigado.

O Dbq em cada PraDbq configurou a terceira etapa. Os britânicos agruparam cada Unidade em uma única vaga, facilitando a transição para a organização tática. Os argentinos, ao utilizarem CLAnf, possuíam maior poder de combate. No entanto, nenhum dos dois encontrou resistência.

Na quarta etapa, as ações em terra apresentaram diferenças. Os britânicos tinham como Obj regiões que configuravam um perímetro e materializavam a CP, a fim de impedir a entrada de reforços, como as tropas em Darwin. Já os argentinos realizaram suas ações diretamente nos locais que possibilitassem o controle de Port

Stanley, sem estabelecer uma CP. Apesar das semelhanças com o MNO, este ocorre por meio de movimento helitransportado, enquanto a Rosário utilizou CLAnf no MNT.

Quanto aos outros meios de ApCmb, os britânicos desembarcaram, por He, obuseiros e mísseis Rapier. Os argentinos, embora sem previsão inicialmente, desembarcaram a artilharia, buscando induzir a rendição, mas seu uso não foi necessário. Devido à fraca resistência em ambas as Operações, tanto Port Stanley, para os argentinos, quanto San Carlos foram conquistadas no mesmo dia do Assalto.

Na quinta etapa, os argentinos desembarcaram pessoal e meios para operar as instalações portuárias e o aeroporto de Port Stanley, viabilizando o DbqAdm das tropas de defesa. Os britânicos desembarcaram pessoal e placas destinadas à construção da pista da Base de Operações Avançada dos Harriers.

Na sexta etapa, destaca-se o ApLog por meio do ApAe, após a liberação da pista do aeroporto pelos argentinos e da atracação do ARA San Antonio em Port Stanley, possibilitando a descarga do material restante. O ApFN, apesar de previsto para alvos de oportunidade, não foi empregado. Os britânicos enfrentaram dificuldades na descarga do material logístico, tanto por ED quanto por ApAe, devido aos ataques aéreos argentinos, concentrando o Dbq do ApLog no período noturno. A desorganização da carga nos navios e a partida do Canberra e do Norland antes da descarga também impactaram negativamente o ApLog. O ApFN foi pouco empregado em virtude da pequena resistência em San Carlos, como na ação em Fanning Head.

Por fim, após o término de ambas as OpAnf, houve diferença quanto ao destino da ForDbq. Na Rosário, ela regressou ao continente, sendo substituída pelo Exército na defesa das ilhas. Já na Corporate, a ForDbq seguiu realizando operações terrestres subsequentes, a fim de conquistar Port Stanley.

Dessa forma, podemos identificar semelhanças entre as duas Operações: ações de OpEsp pré-Hora-H, certo grau de surpresa tática que possibilitou a baixa resistência, limitado uso do apoio de fogo e a conquista dos Obj ainda no Dia-D. Ambos desembarcaram em litorais pouco defendidos, condição ideal em uma OpAnf, embora apenas os britânicos precisaram realizar o Assalto longe de seu Obj final, Port Stanley. Além disso, a adaptação britânica ao realizar o fluxo do ApLog de forma descontínua, pela noite, demonstrou flexibilidade frente à ameaça aérea.

Assim, em geral, ambos os Assaltos tiveram aderência à doutrina de OpAnf em referência. A principal exceção foi o não estabelecimento de uma CP pelos argentinos,

mostrando que, embora constitua conceito relevante, como evidenciado na Corporate, pode ser dispensado em certos contextos, mesmo sem se tratar de um MNO.

5.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise comparativa das Op Rosário e Corporate permite-nos identificar similaridades e singularidades. Podemos destacar, como similaridade, a interferência do nível político, que levou à vulnerabilidade na defesa das ilhas. Identificamos também o paralelismo nos planejamentos, que favoreceu coesão nas ações. A realização de operações preparatórias, como as ações de OpEsp e despistamento, contribuiu para o êxito nos dois Dbq. O acompanhamento da meteorologia e da inteligência durante a Travessia permitiu ajustes no planejamento. Além disso, verificamos que os Assaltos de ambas as Operações aderiram às seis etapas estabelecidas na CGCFN-1-1.

Como singularidade britânica, identificamos a utilização de Ascensão como base avançada, mitigando as limitações das grandes distâncias e a desorganização do embarque. A ausência da DI e as tensões nas relações de Comando dificultaram o planejamento e as decisões. Além disso, a falta de um ensaio noturno por parte do 2 Para contribuiu para atrasos no MNT e para o aumento da vulnerabilidade do Dbq.

Para os argentinos, destacamos, no planejamento, a ausência de disposições para a defesa posterior, comprometendo a capacidade de manter as ilhas, e o rigor do sigilo, que prejudicou a simultaneidade. Observamos também a dificuldade de coordenação entre as três Forças, além da vulnerabilidade da concentração da ForDbq em um único navio. Por fim, destacamos o não estabelecimento de uma CP.

Dessa forma, a comparação entre ambas as Operações à luz do referencial teórico revelou que os pontos de aderência à doutrina contribuíram com o êxito, como o paralelismo, as operações preparatórias e as seis etapas do Assalto. Do mesmo modo, aspectos divergentes geraram óbices, como a ausência de uma DI, a falta de um ensaio noturno pelo 2 Para e a não inclusão da defesa no planejamento da OpAnf. No entanto, o não estabelecimento de uma CP pelos argentinos demonstrou que a flexibilização da nossa doutrina pode ser oportuna. A decisão britânica de efetuar o Dbq em San Carlos, a 100 km de Port Stanley, contrariando a prática do USMC à época, ilustra como essa abordagem pode ser explorada para surpreender o inimigo.

6 CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, investigamos as Op Rosário e Corporate e os dispositivos defensivos que as precederam, comparando-as sob a perspectiva da doutrina de OpAnf do Brasil e do conceito de Defesa de Litoral Insular. Para alcançar esse propósito, utilizamos uma abordagem analítico-comparativa, decompondo as Operações pelas fases previstas em uma OpAnf.

No segundo Capítulo, apresentamos a doutrina de OpAnf do Brasil, destacando as particularidades de suas cinco fases. Abordamos o paralelismo e simultaneidade no Planejamento, a importância de o Embarque refletir a ideia de manobra em terra, o valor do Ensaio para o MNT, o acompanhamento da meteorologia e da inteligência durante a Travessia e as seis etapas do Assalto. Apresentamos também o conceito de Defesa de Litoral Insular, estruturado em três camadas, onde se aplicam a estratégia A2/AD, buscando conter a ameaça o mais distante possível. Por fim, verificamos que ambos os conceitos se complementam, reforçando a importância de iniciar, já na primeira fase da OpAnf, o planejamento da defesa da ilha a ser conquistada.

No terceiro Capítulo, tratamos da Op Rosário e da estrutura defensiva britânica, enfraquecida devido a decisões no nível político. Verificamos que o planejamento da OpAnf enfrentou desafios como o rigor do sigilo e a urgência, que dificultaram a simultaneidade na primeira fase, além da necessidade de uma operação conjunta sem experiência e suporte doutrinário. A escassez de meios levou à vulnerabilidade da concentração da ForDbq. Ainda assim, o assalto foi eficaz, conquistando Port Stanley e, por consequência, as Malvinas.

No quarto Capítulo, apresentamos a Op Corporate e o dispositivo argentino de defesa, o qual, pelo pressuposto político de ocupar para negociar, não foi planejado durante a Rosário, resultando em improvisos diante da pouco esperada contraofensiva britânica. A ostensividade da Corporate possibilitou maior mobilização de meios e um embarque mais fluido. Por outro lado, a urgência levou à ausência de um ensaio geral e ao carregamento dos meios sem refletir uma ideia de manobra em terra, acarretando a desorganização da carga, que foi mitigada na base avançada da ilha de Ascensão. Vimos também que, apesar do paralelismo no planejamento e da cooperação entre Clapp e Thompson, as ambiguidades nas relações de comando com Woodward tiveram consequências negativas. Por fim, a escolha da região de San Carlos como AOA mostrou-se acertada, permitindo um assalto com pouca resistência.

O quinto Capítulo, ao compararmos ambas as Operações, forneceu os subsídios necessários para respondermos ao problema de pesquisa: quais similaridades e singularidades ocorreram entre as Op Rosário e Corporate, assim como entre as estruturas defensivas às quais se opuseram, durante a Guerra das Malvinas?

Dentre as similaridades, identificamos: influência do nível político na ausência de preparo para a defesa, paralelismo no planejamento, realização de operações preparatórias, ajustes no planejamento durante a travessia, Dbq em área pouco defendida e execução do assalto conforme as seis etapas doutrinárias.

Como singularidades e para os britânicos, destacamos: uso de base avançada, ausência de uma DI, embarque sem refletir um plano de Dbq, não realização de um ensaio satisfatório para o MNT e as ambiguidades nas relações de comando. Para os argentinos, evidenciamos: planejamento da OpAnf com baixa simultaneidade, devido ao sigilo, e sem prever a estrutura defensiva após a conquista; deficiência na coordenação conjunta; vulnerabilidade da concentração da ForDbq e o não estabelecimento de uma CP.

A comparação à luz do referencial teórico permite-nos concluir que, exceto pela primeira similaridade, as demais apresentaram aderência à doutrina brasileira contemporânea e contribuíram para o êxito das duas Operações. Já entre as singularidades, os efeitos foram diversos. Em geral, as que não tiveram convergência dificultaram sua execução e criaram vulnerabilidades. No entanto, o não estabelecimento de uma CP pelos argentinos demonstra que a flexibilização da nossa doutrina conforme o contexto pode ser oportuna e possibilitar a surpresa, como na escolha britânica pelo Dbq em San Carlos.

Em síntese, as constatações reforçam o valor da doutrina atual como um guia para o planejamento e a execução das OpAnf, mas também indicam que ela não constitui um fim em si mesma, podendo ser flexibilizada, seja para adaptar-se ao problema militar apresentado, seja para intensificar no inimigo o ambiente de incerteza inerente à guerra.

Estas conclusões permitem à MB aprimorar sua doutrina de OpAnf, de forma particular, aplicada à reconquista de suas ilhas oceânicas, além de contribuir para o desenvolvimento de uma doutrina voltada à defesa destas, por meio da aplicação do conceito de Defesa de Litoral Insular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudio Henrique Mello de; BRAGA, Carlos Chagas Vianna. **Palestra: A Marinha do Brasil e as Operações Litorâneas**. Ministrada na Sede Social do Clube Naval. YouTube: Clube Naval Sede Social, 3 abr. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8cDV-iy9yiY&t=3339s>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ARGENTINA. Armada. **Operación Rosario**. Buenos Aires: Comisión de Análisis de Acciones de Combate, [1982?]. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ar-ara-coac-6b1_tomo1_0.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARGENTINA. Ejército. **Informe oficial del Ejército Argentino Conflicto Malvinas: tomo I - desarrollo de los acontecimientos**. Buenos Aires, 1983.

ARGENTINA. Junta Militar. **Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades en el Conflicto del Atlántico Sur**: Informe Final. Buenos Aires, 1982.

BARTOLOMÉ, Mariano César (Comp.). **Malvinas y el Atlántico Sur**: lecturas sobre el pasado, apreciaciones actuales y perspectivas. 1. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.253**: Manual de Campanha - a Força Terrestre na Defesa do Litoral. ed. experimental. Brasília, DF, 2022b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-1**: Manual de Operações da Força de Desembarque. 1. rev. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-60.4**: Manual de Planejamento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1. rev. Rio de Janeiro, 2022a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-301**: Fundamentos Doutrinários da Marinha. 1. ed. Brasília, DF, 2023a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval (DMN). 1. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas, 5. ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-14**: Manual de Operações Anfíbias, 1. ed. Brasília, 2020a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Apoio do Brasil aos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul**. Brasília, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apoio-do-brasil-aos-direitos-da-argentina-na-disputa-de-soberania-com-o-reino-unido-sobre-as-ilhas-malvinas-georgias-do-sul-e-sandwich-do-sul. Acesso em: 03 mar. 2025.

BÜSSER, Carlos A. C. Reflexiones y experiencias sobre la recuperación de las Malvinas. **Boletín del Centro Naval**. Buenos Aires, n. 816, p. 65-85, 2007.

CLAPP, Michael; TAILYOUR, Ewen S. **Amphibious Assault Falklands**: the battle of San Carlos Water. South Yorkshire: Pen & Sword Military, 2012.

LOMBARDO, Juan José. **Malvinas**: errores, anécdotas y reflexiones. 2001.

MARCHESE, Miguel Angel. **A Guerra das Malvinas**: o planejamento argentino e o emprego da frota do mar sob o ponto de vista da estratégia operacional. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2010.

MAYORGA, Horácio A.; ERRECABORDE, Jorge Alberto. **No vencidos**: relato de las operaciones navales en el conflicto del Atlántico Sur. Buenos Aires: Planeta, 1998.

MELLO, Luis Manuel de Campos. A defesa de ilhas oceânicas: exercício integrado das tarefas do Poder Naval. **Âncoras e Fuzis**. Comando de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, nº 47, p. 45-48, 2016.

ONU. Assembleia Geral. Resolução 2065 (XX), de 16 de dez. de 1965. **Question of the Falkland Islands (Malvinas)**. Disponível em: <https://www.refworld.org/legal/resolution/unga/1965/en/7173>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PIRES, Gustavo Calero Garriga. **Aspectos políticos da Guerra das Malvinas à luz dos ensinamentos de Clausewitz**. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, José Emílio de Oliveira. Considerações operacionais e táticas sobre o emprego da Estratégia A2AD (Anti-Access and Area Denial) para a defesa da Amazônia Azul. **Âncoras e Fuzis**. Comando de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, nº 53, p. 77-81, 2022.

SOUZA, César Augusto Nicodemus de. **A guerra que foi possível pelas Falklands/Malvinas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

TAULOIS, Pedro Luiz. A estratégia Antiacesso/Negação de Área (A2/AD). **Âncoras e Fuzis**. Comando de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, nº 47, p. 28-33, 2016.

THOMPSON, Julian. **No picnic**: 3 Commando Brigade in the South Atlantic: 1982. New York: Hippocrene, 1985.

VIDIGAL, Armando A. F. Conflito no Atlântico Sul: a luta pela posse do Arquipélago das Falklands/Malvinas. *In*: VIDIGAL, Armando A. F.; ALMEIDA, Francisco E. A. de (org.). **Guerra no Mar**: batalhas e campanhas navais que mudaram a história. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 495-532.

WOODWARD, Sandy; ROBINSON, Patrick. **One hundred days**: the memoirs of the Falklands Battle Group Commander. Maryland: Bluejacket Books, 1997.

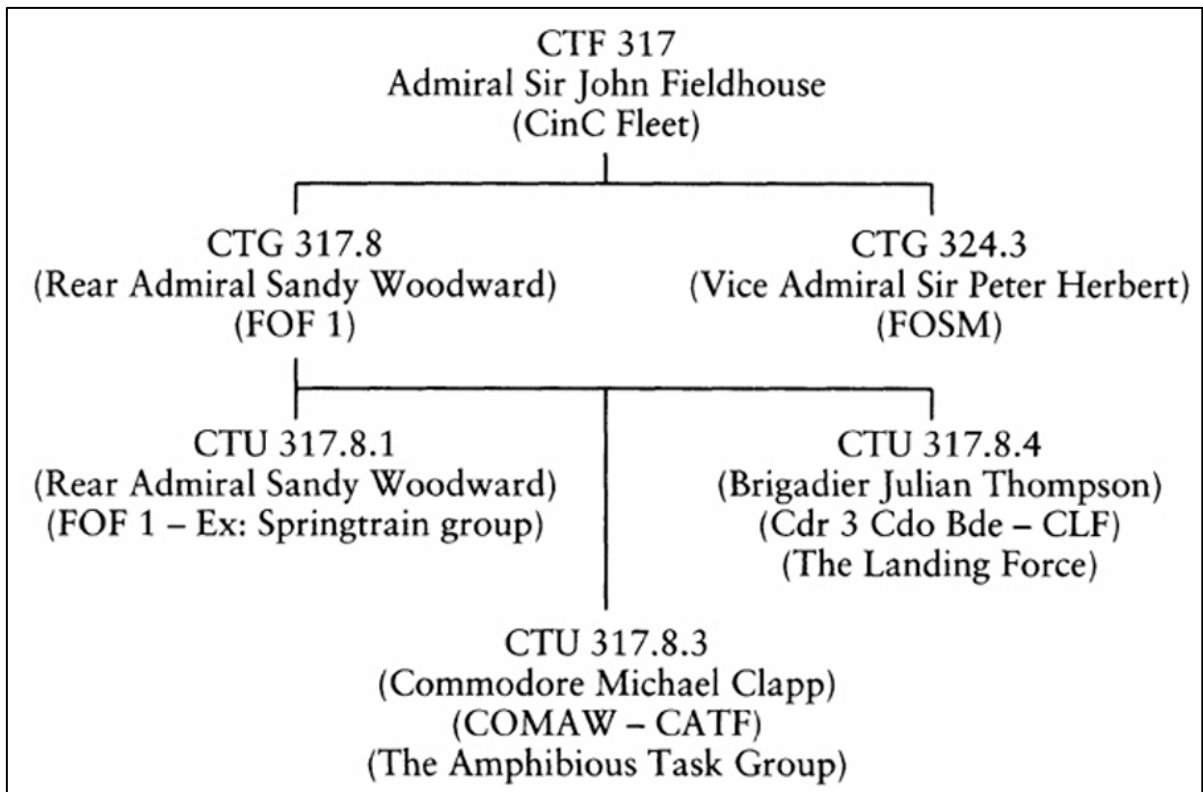
ANEXO – FIGURAS

Figura 1 – Manobra da Operação Rosário



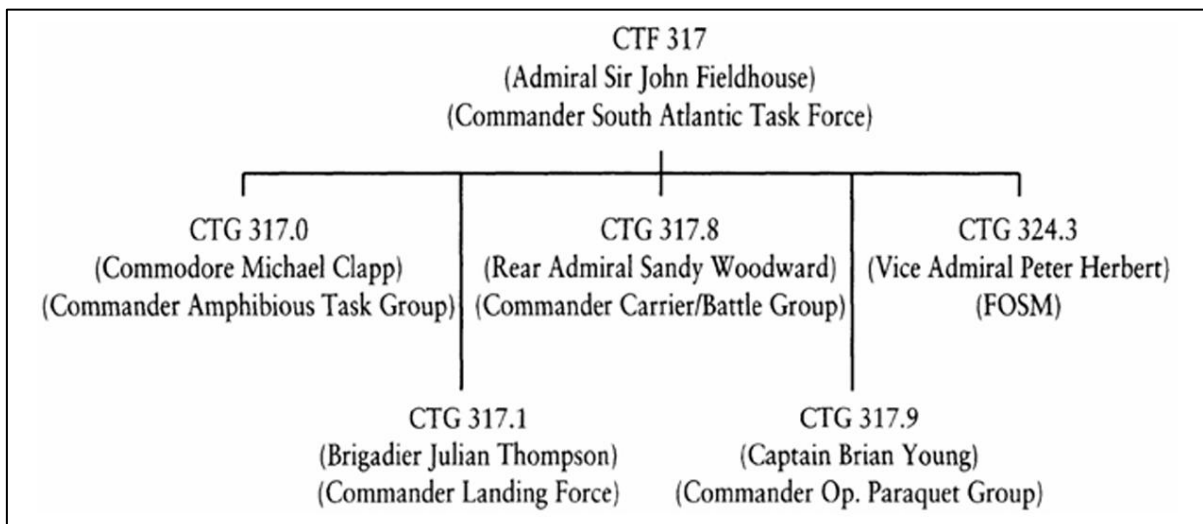
Fonte: Büsser, 2007, com a identificação dos objetivos adicionada pelo autor.

Figura 2 – Organograma 1 da Operação Corporate



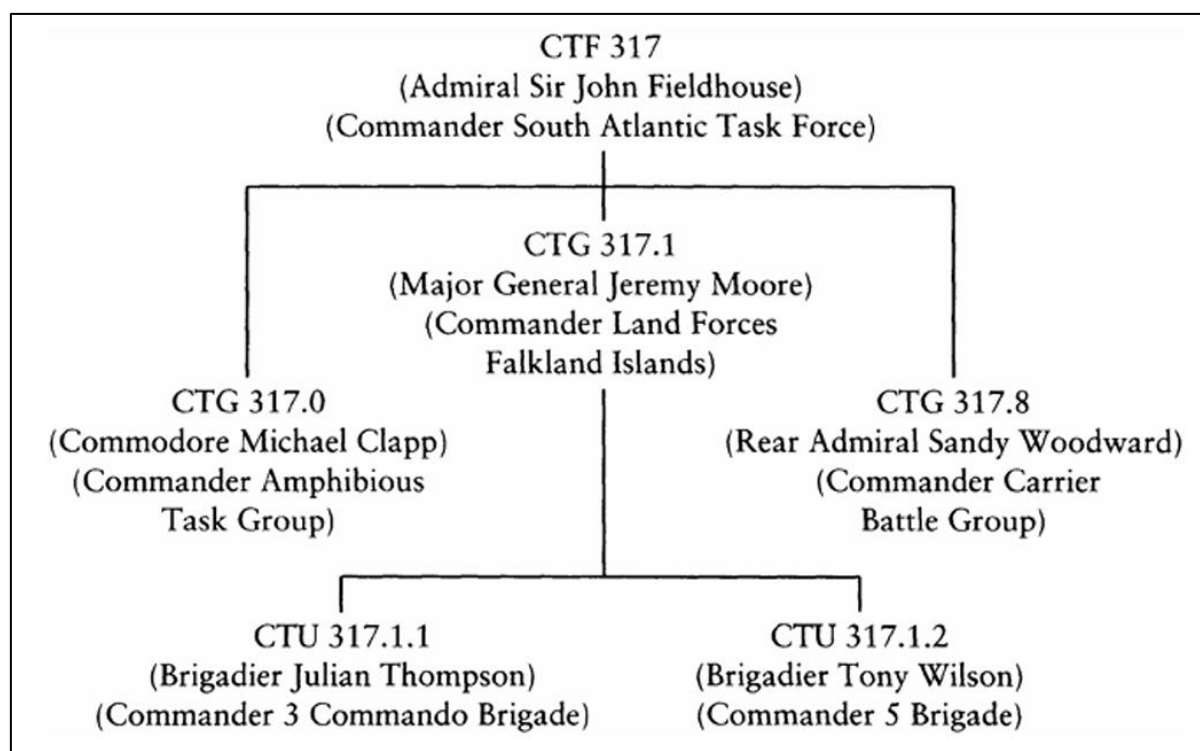
Fonte: Clapp; Tailyour, 2012

Figura 3 – Organograma 2 da Operação Corporate



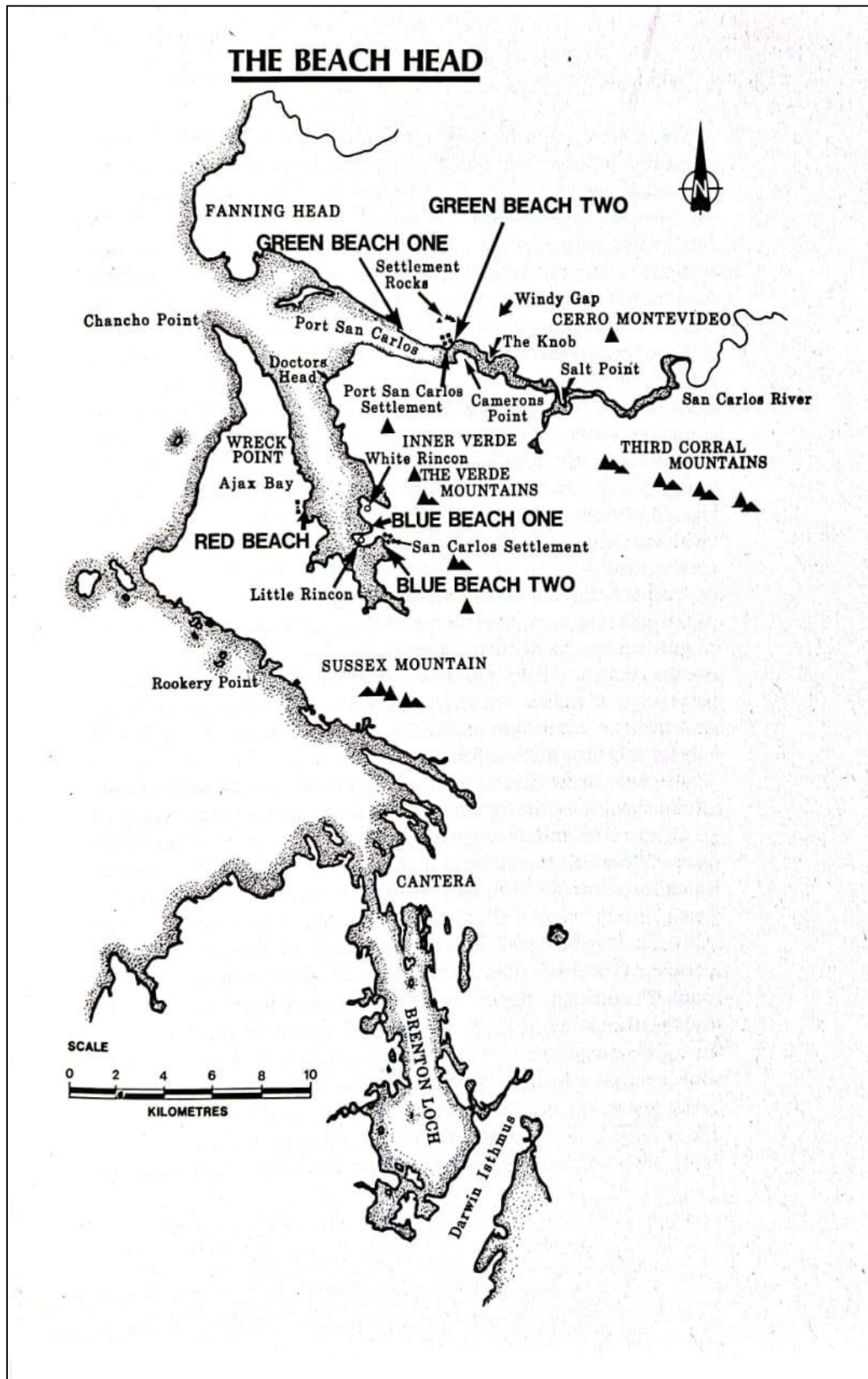
Fonte: Clapp; Tailyour, 2012

Figura 4 – Organograma 3 da Operação Corporate



Fonte: Clapp; Tailyour, 2012

Figura 5 – Cabeça-de-Praia da Operação Corporate (Sutton)



Fonte: Thompson, 1985